RESOLUÇÃO Nº 022/2025 – *AD REFERENDUM* CONEPE

Aprova a restruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Educação Escolar Quilombola (Turma Fora de Sede) do Câmpus Universitário do Médio Araguaia.

A Reitora da Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado" – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 19, §1º c/c art. 32, X do Estatuto da UNEMAT (Resolução nº 002/2012-CONCUR), Resolução nº 004/2024-CNE e Processo nº 23065.006944/2025-06;

RESOLVE *AD REFERENDUM* DO CONEPE:

Art. 1º Aprovar a restruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Educação Escolar Quilombola (Turma Fora de Sede) do Câmpus Universitário do Médio Araguaia.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola visa atender a legislação nacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais e normativas internas da UNEMAT e tem as seguintes características:

I. Grau oferecido: Licenciado em Educação Escolar Quilombola
II. Carga horária total do Curso: 3.300 (três mil e trezentas) horas;
III. Integralização em, no mínimo, 8 (oito) semestres;
IV. Período de realização do curso: noturno, eventualmente com atividades diurnas;
V. Forma de oferta: Turma Única – modular/presencial;
VI. Concurso Vestibular Específico, com oferta de 30 (trinta) vagas.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso consta no Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura e aplica-se aos alunos ingressantes em 2024/2.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, 17 de dezembro de 2025.

Profa. Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Reitora

ANEXO ÚNICO
RESOLUÇÃO Nº 022/2025-*AD REFERENDUM* DO CONEPE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

DADOS GERAIS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO "CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORA: Professora Drª Vera Lucia da Rocha Maquea
VICE-REITOR: Professor Dr. Alexandre Gonçalves Porto
PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Professora Drª Nilce Maria da Silva

CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DO MÉDIO ARAGUAIA "Dom Pedro Casaldáliga"
DIRETOR POLÍTICO-PEDAGÓGICO E FINANCEIRO: Professor Dr. Heitor Marcos Kirsch
Endereço: Rodovia MT 100, Km 01 – Luciara – MT
E-mail: dppf.luciara@unemat.br

FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA (FAMMA)
DIRETORA DA FACULDADE: Professora Drª Luciene Castueira de Oliveira
Endereço: Rodovia MT 100, Km 01 – Luciara - MT
E-mail: famma@unemat.br

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO QUILOMBOLA
COORDENAÇÃO DO CURSO: Professor Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer
E-mail: osvaldocerezer@unemat.br
COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO: Fernanda Martins da Silva
E-mail: Fernanda Martins da Silva

DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola
Ano de Criação	2023
Ano de implantação	2024
Grau oferecido	Graduação
Título acadêmico conferido	Licenciado em Educação Escolar Quilombola
Forma de oferta	Turma única – Modular/Presencial com 20% de EaD
Tempo mínimo de integralização	4 ano – 8 semestre
Carga horária mínima	3.300 horas
Número de vagas oferecidas	30 vagas
Turno de funcionamento	Noturno, eventualmente com atividades diurnas
Formas de ingresso	Seleção por vestibular próprio

1. CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

1.1 Histórico do curso de Licenciatura em Educação Quilombola e atos leais do Curso.

Os anos 1980 foram marcantes para a história do Brasil com o fim da ditadura civil-militar e o processo de redemocratização a partir de 1985. Nesse cenário, a Constituição Cidadã promulgada em 5 de outubro de 1988 simbolizou uma nova era para a democracia brasileira ao assegurar conquistas importantes, como os direitos fundamentais à toda a população, mecanismos de funcionamento de um Estado democrático e de direito. Ao mesmo tempo, criou mecanismos para evitar abusos de poder por parte do Estado e garantir a democracia.

A multiculturalidade da sociedade brasileira é reconhecida pela constituição que passou a incorporar a defesa de questões importantes como cidadania e a dignidade da pessoa humana, combate aos preconceitos de raça, origem, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação. O Estado passa então a ter responsabilidade constitucional na defesa e proteção das minorias e comunidades tradicionais, grupos humanos mais atingidos pelo processo histórico de exclusão dos direitos e das políticas econômicas e sociais (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, os movimentos sociais como o movimento negro desempenharam papel importante na construção da Carta Magna e na criação de políticas públicas voltadas para o reconhecimento das diversidades históricas e identitárias tradicionalmente excluídas da história e das políticas de Estado. É nesse cenário que a Educação Escolar Quilombola é implementada a partir de forte mobilização para a criação de escolas que atendessem as especificidades das populações quilombolas, a democratização do acesso à educação e a luta contra o racismo e a discriminação racial. No campo das políticas educacionais a defesa da diversidade é instaurada a partir da LDBEN n. 9.394/1996.

De acordo com o Parecer CNE/CEB Nº: 3/2021, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica,

> Ainda no âmbito da LDB, podemos considerar uma grande vitória o artigo 26- A, introduzido pela Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade na Educação Básica, para todos os alunos, do estudo de história da África e da Cultura afrobrasileira e africana e do ensino das relações étnico-raciais, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombo e das experiências negras constituintes da cultura brasileira, necessitando ser efetivado incentivo financeiro de investimentos para recuperar suas histórias e memórias enquanto documento histórico, a fim de elaboração e de produção do conhecimento, já nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior, pelos alunos de escolas em quilombos e/ou as que os atendem. No âmbito da formação de professores, desenvolver políticas visando que a formação tenha como eixo a qualificação de pesquisador, promovendo a extensão deste eixo à carreira docente, nesses níveis de ensino, tendo, assim, oportunidade e condições para efetivar pesquisas locais.

O reconhecimento das terras quilombolas ocorreu por meio do Decreto Lei n° 4.887, de 20 de novembro de 2003. Em seu Artigo 2º, as comunidades quilombolas são definidas como "grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência e a opressão histórica sofrida". A educação escolar quilombola, fruto das lutas dos movimentos sociais, em especial das reivindicações do movimento negro, nasceu com o atendimento à demanda histórica das populações descendentes de quilombolas e do reconhecimento de suas especificidades históricas e culturais.

O "Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana" (BRASIL, 2009, p.57), que instituiu o Plano Nacional de Implementação da Lei n.10639/03, afirma que:

> Nas comunidades remanescentes de quilombos, o acesso à escola para as crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados, e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas. Raramente os alunos quilombolas vêem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Somam-se a essas dificuldades o fato de que os(as) professores(as) não são capacitados adequadamente e o seu número é insuficiente. Poucas comunidades possuem unidades educacionais com o Ensino Fundamental completo.

Diante dessa realidade, o Plano estabelece a garantia da implementação da Lei 10.639/03 nos territórios quilombolas considerando as suas especificidades históricas e culturais e o desenvolvimento de uma educação antirracista.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em Brasília em 2010, incluiu a educação escolar quilombola como modalidade da educação básica, por meio do Parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010 do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, Planalto, acesso 2023).

Na seção VII do Art. 41 a educação escolar quilombola é assim definida:

> Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural. (Brasil, 2010a)

A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, definiu as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica": Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução. § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade. As diretrizes têm como referência as orientações curriculares da Educação Básica, garantindo as especificidades s da realidade histórica e cultural das comunidades quilombolas.

Da mesma forma, deverá seguir as orientações do Parecer CNE/CP 03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas públicas e privadas em todo o território nacional do Brasil. Com a homologação das diretrizes pelo Ministério da Educação (2012), os sistemas de ensino, assim como, os cursos de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica tem a responsabilidade de colocar em prática as singularidades dos povos quilombolas, como: "o que se entende por quilombo, quilombo como território, as lutas da comunidade quilombola, a relação entre quilombos e trabalho, cultura e ancestralidade africana, os avanços e limites do direito dos quilombolas na legislação brasileira e a educação escolar quilombola" (BRASIL, 2012, p. 07).

Nesse contexto, as discussões específicas sobre a questão étnico-racial em Mato Grosso tiveram início em 2007 com a criação da "Gerência de Diversidade da Secretaria de Estado de Educação" e do "Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial", criado em 2008 (CEREZER, UFU, 2015).

De acordo com a SEDUC/MT (2023), desde 2016, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) vem implantando e implementando na Rede Pública Estadual de Ensino, o Projeto de Educação em Tempo Integral nas Escolas Estaduais, visando ao projeto de expansão

cujo cumprimento da meta está prevista no Plano Plurianual 2020-2023, por meio da Lei Estadual Nº 11.071 de 26.12.2019.

O objetivo é planejar, executar e avaliar um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e da qualidade da educação na Rede Pública do Estado. No ano de 2021, o Estado contou com 6 (seis) Escolas de Tempo Integral – ETI´s que corresponderam às Escolas Piloto para o Novo Ensino Médio, e em 2022, em consonância com a BNCC e homologação da DRC/MT do Ensino Médio, as escolas integrais passam a ser regidas pela proposta do Novo Ensino Médio, totalizando 39 escolas para atender à modalidade. A Superintendência de Diversidades (SUDI/SAGE/SEDUC/MT), por meio da Coordenadoria de Educação do Campo e Quilombola (COCQ/SUDI/SAGE/SEDUC/MT) implantou a primeira Escola de Tempo Integral, no município de Tangará da Serra (EE Ministro Petrônio Portela), correspondendo a um marco para a educação que atende os estudantes do campo.

No ano de 2023, o quantitativo de Escolas Integrais foi ampliado. A Coordenadoria de Educação do Campo e Quilombola (COCQ/SUDI/SAGE/SEDUC/MT) passou a atender 10 (dez) Escolas do Campo e 2 (duas) Quilombolas, totalizando 12 escolas de Tempo Integral. Para a SEDUC/MT, essa política educacional tem por objetivo auxiliar os estudantes do campo e quilombola no desenvolvimento de uma sólida formação humana integral de forma a possibilitar a estes a obtenção da autonomia frente aos desafios da vida contemporânea e o alcance do voo para atingirem o seu projeto de vida, contribuindo para a progresso da sociedade, ao mesmo tempo para o avanço na conquista da manutenção de suas tradições, características culturais e econômicas.

Atualmente, o Estado de Mato Grosso possui cinco escolas quilombolas. São elas:

- Escola Estadual Quilombola Verena Leite de Brito (Vila Bela da Santíssima Trindade)
- Escola Estadual Quilombola Maria de Arruda Muller (Santo Antônio do Leverger)
-Escola Estadual Quilombola Tereza Conceição de Arruda (Nossa Senhora do Livramento)
- Escola Estadual Quilombola José Mariano Bento (Barra do Bugres)
- Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica (Chapada dos Guimarães).

Relação de Escolas do Campo e Quilombola de Mato Grosso:

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SUPERINTENDÊNCIA DE DIVERSIDADES
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E QUILOMBOLA

Nº ORDEM	POLO	MUNICÍPIO	CÓDIGO	UNIDADE ESCOLAR	ATENDIMENTO	DRE TRANSPORTE	ITINERÁRIO FORMATIVO
1	CÁCERES	MIRASSOL DO OESTE	16195	EE JOÃO CAMPOS WIDAL	1 º 2º 3º 4º E 5º FUND1 6º 7º 8º 9º FUND2 1º 2º E 3º EM	OK	II
2	CONFRESA	PORTO ALEGRE DO NORTE	91456	EE JOSE GONCALVES DOS SANTOS	6º,7º,8º E 9º FUND 2 1º,2º E 3º EM	OK	I
3	CONFRESA	CONFRESA	159700	EE ANTONIO ALVES DIAS	6º 7º 8º 9º FUND2 1º,2º E 3º EM	OK	II
4	DIAMANTINO	DIAMANTINO	163660	EE ANA MARIA TISSIANI DE OLIVEIRA	6º , 7º 8º 9º FUND2 1º EM, 2º EM 3º EM	OK	I
5	MATUPA	TERRA NOVA DO NORTE	160040	EE TERRA NOVA	1º EM, 2º EM, 3º EM	OK	MATRIZ DIFERENCIADA
6	QUERENCIA	ÁGUA BOA	176770	EE JARAGUÁ	1º EM, 2º EM, 3º EM	OK	MATRIZ DIFERENCIADA
7	RONDONOPOLIS	ALTO GARÇAS	12971	EE DEP. OSCAR SOARES	- 1º EM E 2º EM E 3º EM	OK	MATRIZ DIFERENCIADA
8	TANGARA DA SERRA	BARRA DO BUGRES	158321	EE JOSÉ MARIANO BENTO	4º/ 5º MULTI , 6 E 7º MULTI / 8º E 9º MULTI 1º E 2º EM MULTI 3º ANO	OK	II
9	TANGARÁ	NOVA OLÍMPIA	96784	EE REINALDO DUTRA VILARINHO	4º, 5"MULTI 6º E7º MULTI 8º E 9º MULTI 1º E 2º MULTI 3º ANO	OK	II
10	TANGARÁ DA SERRA	TANGARÁ DA SERRA	15903	EE MINISTRO PETRÔNIO PORTELA	6º 7º 8º 9º FUND2 1º 2° 3° EM	OK	II
11	VÁRZEA GRANDE	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	153877	EE TEREZA CONCEIÇÃO	4º, 5º, 6º, 7º, 8º E 9º ANO ENSI FUND 1ºEM, 2º EM E 3ºEM	OK	I
12	DIAMANTINO	ALTO PARAGUAI	173509	EE HENRIQUE JOSÉ TRINDADE	1º EM E 2º EM E 3º EM	OK	II

Fonte:https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/escolas-do-campo-e-quilombolas-de-tempo-integral
https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola

Baseado nesses referenciais e visando a construção de uma educação escolar que contemple a diversidade racial e a cultura africana, de forma que os africanos e seus descendentes não sejam tratados apenas como coadjuvantes desse processo, e, acreditando ser a escola um espaço de construção de uma educação democrática e antirracista, a Secretaria de Educação de Mato Grosso criou um mecanismo específico para tratar dessas questões, as OCs (Orientações Curriculares de Mato Grosso para a Diversidade).

A SEDUC orienta que as características específicas do território quilombola deve ser respeitada pela organização do espaço escolar, enfatizando "os conhecimentos e saberes locais"; "as práticas culturais e religiosas"; "a identidade negra"; "ancestralidade" e "diversidade cultural dos quilombos". Desse modo, o papel da Educação Quilombola é mediar o saber escolar com os saberes local, advindo da ancestralidade que formou a cultura do segmento negro na África e no Brasil. Assim, o currículo deve garantir os conhecimentos e saberes quilombolas, tratando sua própria história, formas de luta e resistência como fonte de afirmação da identidade quilombola e nacional. Assim, o papel político das escolas quilombolas está orientado para o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas à transformação destas escolas em lócus privilegiado para o desenvolvimento da consciência histórica sobre o papel do povo negro na África e no Brasil, da luta contra o processo de discriminação e de exclusão social, assim como da afirmação da identidade dos alunos negros.

As orientações para a construção da educação escolar voltada aos alunos quilombolas são direcionadas para a ampliação de ações educativas em que as especificidades dos quilombos sejam respeitadas, sem, contudo, desvincular-se das abordagens mais amplas da educação nacional, interagindo com a sociedade como um todo. A análise do discurso produzido pelo referido documento apresenta aspectos abertamente focalizados na figura do professor como importante agente transformador da educação para a diversidade étnico-racial e para a constituição da identidade dos alunos negros.

Nesse processo, a escola quilombola é concebida como um local de reflexão e (re)construção de saberes e práticas, onde a (re)escrita da história e da cultura do povo negro no Brasil seja o ponto de partida para a elaboração de outras interpretações. Local onde a história destes sujeitos ganha novos sentidos, promovendo a construção de novos significados sobre a participação dos africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira. Um espaço de lutas contra o racismo, a discriminação e a exclusão social.

Com a publicação da Resolução CNE/CP nº 2 em 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, novos parâmetros foram produzidos pelo Estado de Mato Grosso destinados à Educação Escolar Quilombola. Nesse cenário, foram desenvolvidos o "Currículo de Referência para o Território Mato-Grossense – Concepções para a Educação Básica", de 2018, e o "Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – Etapa Ensino Médio de (2021).

Para a Educação Básica, o Documento Orientativo para a Educação Básica denominado "Currículo de Referência para o Território Mato-Grossense e Concepções para a Educação Básica" (MATO GROSSO, 2018)" ao se referir à "As diversidades educacionais na Educação Básica", orienta as ações sobre a "Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica no Território Mato-Grossense" e a "Organização Curricular da Educação Escolar Quilombola". De acordo com o documento, (2018, p.91), a Educação Escolar Quilombola tem por finalidade

> (...) reescrever e afirmar as tradições ou traduções culturais dos quilombos; recuperar suas histórias suprimidas e reprimidas; reunir estilhaços de suas identidades; reinscrever sua comunidade e libertar as pessoas das amarras calcificantes dos estereótipos e de todos os negativismos impostos, resgatando sua autoestima e autoconfiança. Nesse pressuposto, a Educação Escolar Quilombola tem por objetivo ofertar uma educação que respeite a cultura, a história, a memória, o território, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas. (MATO GROSSO, 2018, p.91)

Sobre a "Organização Curricular da Educação Escolar Quilombola", o documento estabelece segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola – DCNEEQ, e estabelece que a Educação Escolar Quilombola deve ser pautada em ações e práticas político-pedagógicas que visem:

I. o conhecimento das especificidades das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas quanto à sua história e às suas formas de organização;

II. a flexibilidade na organização curricular, no que se refere à articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada, a fim de garantir a indissociabilidade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas;

III. a duração mínima anual de 200 (duzentos) dias letivos, perfazendo, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, respeitando-se a flexibilidade do calendário das escolas, o qual poderá ser organizado independente do ano civil, de acordo com as atividades produtivas e socioculturais das comunidades quilombolas;

IV. a interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades;

V. a adequação das metodologias didático-pedagógicas às características dos educandos, em atenção aos modos próprios de socialização dos conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história;

VI.- a elaboração e uso de materiais didáticos e de apoio pedagógico próprios, com conteúdos culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas;

VII. a inclusão das comemorações nacionais e locais no calendário escolar, consultadas as comunidades quilombolas no colegiado, em reuniões e assembleias escolares, bem como os estudantes no grêmio estudantil e em sala de aula, a fim de, pedagogicamente, compreender e organizar o que é considerado mais marcante a ponto de ser rememorado e comemorado pela escola;

VIII. a realização de discussão pedagógica com os estudantes sobre o sentido e o significado das comemorações da comunidade;

IX. a realização de práticas pedagógicas voltadas para as crianças da Educação Infantil, pautadas no educar e no cuidar. (MATO GROSSO, 2018, p.91-92)

Por sua vez, o "Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – Etapa Ensino Médio (2021)", estabelece que:

> A elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas quilombolas é posto como um dos elementos fundamentais para essa modalidade. O PPP deve ser construído com a participação da comunidade, objetivando deixar explícitos os compromissos, as intenções e, principalmente, a identidade dos integrantes da unidade escolar. Assim, deve estar de acordo com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica da comunidade quilombola na qual a escola está inserida, ou seja, devem ser condizentes com as especificidades da comunidade, respeitando e vivenciando suas tradições e memórias. (MATO GROSSO, 2021, p.20)

O referido documento orienta que a Educação Escolar Quilombola de Mato Grosso considere o protagonismo juvenil por meio de ações pedagógicas alicerçadas em abordagens interdisciplinar e transdisciplinar, fundamentadas em reflexões críticas que considerem a realidade dos estudantes em diálogo com a diversidade cultural da sociedade brasileira, possibilitando aos estudantes "refletir, agir e construir sua história" (p.22).

Sobre a "Área de Ciências e Saberes Quilombolas", o documento estabelece que as escolas quilombolas priorizem as questões locais das comunidades quilombolas e suas lutas por uma educação que reconheça sua existência. Nesse sentido:

> Essa área subsidia o processo de fortalecimento das identidades das comunidades quilombolas, prevendo ações que envolvam o estudante, fazendo com que ele cultive as práticas da comunidade e desenvolva orgulho das suas raízes ancestrais. Os componentes curriculares dessa área são práticas em cultura e artesanato quilombola, Práticas em técnica agrícola e quilombola e Práticas em tecnologia social e constituem um importante instrumento para manutenção dos saberes das comunidades quilombolas, pois, associa o conhecimento escolar aos conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades. A escola deve desenvolver um trabalho que possibilite o aprofundamento dos vínculos dos estudantes com as práticas ancestrais de suas comunidades contribuindo com esse desenvolvimento (MATO GROSSO, 2021, p.55)

Além dos documentos orientativos, a SEDUC/MT juntamente com a Secretaria Adjunta de Gestão Educacional e a Superintendência de Diversidades Educacionais e a Coordenadoria de Educação do Campo e Quilombola elaboraram o "Caderno Pedagógico: Educação Escolar Quilombola – Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio", com o objetivo de orientar e esclarecer dúvidas acerca das as questões pedagógicas e as políticas públicas para a Educação Escolar Quilombola de Mato Grosso. Considerando a Base Nacional Comum Curricular e a "Parte Diversificada", estes documentos procuram representar

> [...] uma importante fonte de saber e possui um papel fundamental na formação humana, pois fortalece os vínculos dos estudantes com as práticas de suas comunidades, tornando vivas, algumas narrativas que foram silenciadas e esquecidas (MATO GROSSO, 2021, p.13)

De acordo com Superintendência de Diversidades da SEDUC/MT, o Caderno Pedagógico tem por objetivo:

> [...] contextualizar as mudanças do currículo, quanto a formação do povo brasileiro, a fim de compreender como funcionam as relações sociais e raciais no Brasil e como essas relações se organizam no currículo. Também são abordadas as leis que regem a Educação Quilombola. No caderno está enfatizada a Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, as Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais, a Base Nacional Comum Curricular, o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso e a Parte Diversificada, que é constituída de uma política que apresenta a produção de práticas com base na cultura local Apor meio de ações políticas cotidianas, que muitas vezes são executadas sem interlocução com as políticas educacionais.

O Caderno Pedagógico apresenta orientações para o desenvolvimento das ações que contemplam os estudos sobre as relações raciais no Brasil, como a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, as Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais, a Base Nacional Comum Curricular, o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso, assim como a denominada "Parte Diversificada", que é constituída de uma política que apresenta a produção de práticas com base na cultura local.

De acordo com a SEDUC/MT, a Secretaria de Gestão Educacional por meio da Superintendência de Diversidade coordena a Política Educação Antirracista do Estado de Mato Grosso que possui como objetivo propor ações educativas que visam romper com a hegemonia da visão eurocêntrica sobre a história e a cultura dos grupos étnico-raciais, inserindo abordagens que privilegiam as especificidades históricas dos afro-brasileiros e possa contribuir para a superação das desigualdades educacionais por meio de uma educação democrática e antirracista.

1.1 Fundamentação teórico-metodológica

O Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola será desenvolvido em consonância com as orientações do Conselho Nacional de Educação e a Resolução CNE/CEB nº. 8/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. O Capítulo IV, trata da Formação Inicial, Continuada e Profissionalização dos Professores para atuação na Educação Escolar Quilombola.

> Art. 48 A Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas.
> Art. 49 Os sistemas de ensino, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, deverão estimular a criação e implementar programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas.

A formação de professores por meio do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola da Unemat seguirá as orientações contidas nos Artigos 50 e 51 da Resolução CNE/CEB nº 8/2012.

> Art. 50 A formação inicial de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá:
> I. ser ofertada em cursos de licenciatura aos docentes que atuam em escolas quilombolas e em escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas;
> II. quando for o caso, também ser ofertada em serviço, concomitante com o efetivo exercício do magistério;
> III. propiciar a participação dos graduandos ou normalistas na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos currículos e programas, considerando o contexto sociocultural e histórico das comunidades quilombolas;
> IV. garantir a produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos, de acordo com a realidade quilombola em diálogo com a sociedade mais ampla;
> V. garantir a utilização de metodologias e estratégias adequadas de ensino no currículo que visem à pesquisa, à inserção e à articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas em seus contextos sócio-histórico-culturais;
> VI. ter como eixos norteadores do currículo:
> a) os conteúdos gerais sobre a educação, política educacional, gestão, currículo e avaliação;
> b) os fundamentos históricos, sociológicos, sociolinguísticos, antropológicos, políticos, econômicos, filosóficos e artísticos da educação;
> c) o estudo das metodologias e dos processos de ensino-aprendizagem;
> d) os conteúdos curriculares da base nacional comum;
> e) o estudo do trabalho como princípio educativo;
> f) o estudo da memória, da ancestralidade, da oralidade, da corporeidade, da estética e do etnodesenvolvimento, entendidos como conhecimentos e parte da cosmovisão produzidos pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural;
> g) a realização de estágio curricular em articulação com a realidade da Educação Escolar Quilombola;
> h) as demais questões de ordem sociocultural, artística e pedagógica da sociedade e da educação brasileira de acordo com a proposta curricular da instituição.
> Art. 51 Nos cursos de formação inicial da Educação Escolar Quilombola deverão ser criados espaços, condições de estudo, pesquisa e discussões sobre:
> I. as lutas quilombolas ao longo da história;
> II. o papel dos quilombos nos processos de libertação e no contexto atual da sociedade brasileira;
> III. as ações afirmativas;

IV. o estudo sobre a articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas ao longo do seu processo histórico, sociocultural, político e econômico;
V. as formas de superação do racismo, da discriminação e do preconceito raciais, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004.

Diante dessas questões, o Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola da Unemat se configurará num espaço de formação docente comprometido com as histórias de lutas das comunidades quilombolas no contexto histórico brasileiro, o direito à terra, as especificidades culturais, os modos de vida, os saberes tradicionais, a ancestralidade e a identidade quilombola, assim como os desafios, as questões políticas, culturais e sociais na contemporaneidade.

Nesse sentido, a formação docente ofertada pelo curso terá como princípios básicos:

- O reconhecimento e respeito às diferenças históricas, culturais e identitárias como pressuposto básico para o direito à igualdade em todos os âmbitos sociais;
- A não substituição de saberes externos às vivências da cultura quilombola, mas a sua complementariedade, preservando e valorizando as suas especificidades;
- A promoção de diálogos entre os diferentes saberes e os conhecimentos tradicionais quilombolas;
- A criação de estratégias didáticas e metodológicas para o ensino e aprendizagem, respeitando as particularidades culturais das comunidades quilombolas, assim como formas de avaliação específicas;
- A valorização da tradição oral como instrumento importante para os processos de ensino e aprendizagem;
- O desenvolvimento da escrita e da leitura sem desconsiderar as tradições, saberes e experiências do cotidiano;
- A articulação necessária entre os diferentes espaços de formação, como as lutas históricas das comunidades quilombolas, os movimentos sociais, as tradições culturais, dentre outras, e as instituições de formação formais;
- O desenvolvimento de ações educativas que possibilitem às comunidades quilombolas decidir sobre as formas de organização, gestão e autonomia política sobre seus territórios, melhor compreensão dos saberes historicamente acumulados pelas comunidades, proporcionando perspectivas novas em relação ao presente e futuros dos seus membros, com melhores acessos ao poder cultural, educacional, social e econômico;
- Promoção de ações educativas pautadas pela participação efetiva das comunidades quilombolas de Mato Grosso no processo formativo de professores para melhor compreensão do cenário histórico e cultural dos quilombolas, suas pautas políticas e sociais, suas lutas contra o racismo, discriminação racial e exclusão social, suas lutas pela valorização da diversidade cultural quilombola e sua relação com as culturas externas, suas lutas pelos direitos aos territórios, pela produção agroecológica dos alimentos, pelas tecnologias usadas e a preservação dos saberes ancestrais, pelas propostas de políticas públicas, pelas formas de moradia, trabalho e vida digna.

1.2 Objetivos

a) Objetivo Geral

A proposta de criação do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola de oferta modular/parceladas pela Unemat objetiva formar professores que dominem conhecimentos específicos para atuar frente a uma educação antirracista e igualitária a partir do que foi estabelecido em 2012 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Resolução nº 08 de 20 de novembro, que criou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A criação do curso justifica-se pela inexistência de cursos dessa modalidade de formação de professores no Estado de Mato Grosso e a constatação de que há uma demanda a ser atendida para suprir as ausências e fragilidades de professores capacitados para atuação nos espaços

escolares, respeitando as especificidades dos estudantes quilombolas e suas comunidades, suas histórias, culturas e identidades.

b) Objetivos Específicos

- Fortalecer a educação escolar quilombola em Mato Grosso e contribuir para o fortalecimento da história, cultura, identidade e das lutas empreendidas pelo reconhecimento e garantias dos territórios quilombolas e suas populações.
- Proporcionar um espaço de formação de professores para a educação escolar quilombola.
- Fomentar o fortalecimento dos professores e coletivos locais, gestores e lideranças estudantis quilombolas no desenvolvimento de projetos políticos para as suas comunidades de origem, em defesa das garantias dos direitos constitucionais das comunidades quilombolas, assim como da implementação das diretrizes curriculares para a educação quilombola nos espaços escolares.
- Garantir a formação de professores para atender a Educação Escolar Quilombola considerando a inserção da realidade quilombola em todo o processo formativo.
- Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor com habilitação em Educação Bilíngue de Surdos compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública.
- Fomentar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas.
- Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.
- Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.
- Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública.
- Fortalecer a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas.
- Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.
- Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

1.3 Perfil do egresso

O egresso do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT deverá apresentar as seguintes habilidades e posturas, relativas ao exercício de sua profissão:

a) Estar atuando na formação quilombola ou pretender atuar;
b) Consciência das variedades culturais africanas e afro-brasileiras;
c) Capacidade de refletir teoricamente sobre as relações etnicos-raciais,
d) Compreensão do processo de aquisição de linguagem, aliada a uma visão crítica sobre metodologias para o ensino de língua materna e estrangeira, na educação e em outras instâncias em que atuar;

e) Olhar crítico e domínio dos conhecimentos específicos em prol do trabalho interdisciplinar e em cooperação no contexto em que atuar;

f) Autonomia de leitura e pensamento;

g) Capacidade de concentração, investigação, gestão e resolução de problemas, na educação básica e em outras instâncias em que for atuar;

h) Capacidade de empreender investigação do processo educacional, desde o planejamento, passando pelo acompanhamento, registro em portfolio ou equivalente, avaliação e divulgação dos resultados, com vistas a melhorar a prática docente;

i) Atenção em relação às questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural, como princípios de equidade;

j) Respeito à ética profissional, ao bem comum, à igualdade e aos direitos humanos.

1.4 Áreas de Atuação do Egresso

O licenciado em Licenciatura em Educação Escolar Quilombola estará habilitado para atuar em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade regular, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas como prevê o Art. 49 da Resolução CNE/CEB nº8/2012

1.5 Habilidades e Competências

As competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo graduando são consonantes com as determinadas pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica:

1.	Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2.	Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3.	Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4.	Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5.	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6.	Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7.	Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em

	âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8.	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9.	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10.	Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

2. METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O projeto de curso, em todas as atividades propostas, enfatiza a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2.1 Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O presente PPC configura-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O processo de ensino e de aprendizagem tem a pesquisa como uma das suas bases, uma vez que ensinar requer dispor de conhecimentos, refletir criticamente sobre eles e mobilizá-los para a ação. Mais do que identificar os conhecimentos existentes, o que seria simples tarefa de reconhecimento, é preciso compreender o processo de construção do conhecimento, seus fundamentos históricos, sociais e epistemológicos.

O processo de ensino-aprendizagem deve ser orientado por um princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas. Nesse sentido, e em harmonia com as Diretrizes Nacionais, a dimensão da pesquisa não deve constituir apenas um espaço de ação institucional, mas uma prática constante e inerente ao próprio processo de ensinar e de aprender, perpassando todos os momentos da formação. Deve estar presente na extensão, através das ações reflexivas sobre cada atividade; deve estar presente na sala de aula, nas práticas reflexivas sobre os conhecimentos, no processo de avaliação formativa, como o momento de desenvolvimento do raciocínio lógico e da capacidade de resolução de problemas. Entende-se, portanto, a pesquisa e a extensão como dois lados de uma mesma moeda no processo de formação do sujeito professor.

Na unemat, a extensão configura-se como parte integrante da currículo e, portanto, todo acadêmico precisa desenvolver ações de extensão, como será melhor explicado no item a seguir.

2.2 Das ações de extensão

A criação e desenvolvimento de ações de extensão universitária proporciona o desenvolvimento de saberes acadêmicos mais elaborados e experiências de formação amplas e diversificadas que enfocam em um impacto social. Os projetos de extensão fazem parte dos pilares da universidade, constituída pelo ensino, pesquisa e extensão.

O desenvolvimento de projetos de extensão está em consonância com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que instituiu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na

gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. De acordo com a Resolução,

> Art. 2º As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

Nesse cenário, as atividades de extensão incluirão, necessariamente, a inclusão dos alunos no contexto cotidiano das comunidades quilombolas de Mato Grosso, em contato direto com a população para ações de conhecimento e compreensão das questões históricas, culturais, do mundo do trabalho, das práticas e festividades religiosas, do tratamento e cultivo da terra para produção de alimentos, dos conhecimentos ancestrais, dentre outras questões pertencentes as comunidades quilombolas. A extensão, nessa compreensão, possibilitará a articulação entre os conhecimentos teóricos e as práticas culturais, as vivências e saberes quilombolas, o conhecimento acerca do campo de formação profissional, fortalecimento do conhecimento por meio da interação de forma ativa e participativa, um posicionamento ético, de trocas e experiências diversas, colaborando com a formação docente dos futuros professores.

Os alunos participarão nas ações de extensão como voluntários ou bolsistas, nos projetos, na organização de eventos e cursos promovidos pela instituição formadora, na prestação de serviços nas escolas quilombolas, etc, com a participação dos docentes do curso.

As atividades de pesquisa considerarão o desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre diferentes questões que envolvem as comunidades quilombolas de Mato Grosso, considerando a iniciação à pesquisa uma premissa importante para a formação dos professores para a educação escolar quilombola.

Incentivo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa pelos docentes do curso considerando diferentes aspectos da história e cultura das comunidades quilombolas, em diálogo com os conhecimentos externos às comunidades. A participação dos alunos nos projetos de pesquisa contribui para a ampliação da formação profissional, assim como para a sociedade do conhecimento, com professores capacitados para atuar em realidades escolares diferenciadas e com especificidades próprias, como no caso das escolas quilombolas.

2.3 Integração com a Pós-graduação

A graduação e a pós-graduação são âmbitos específicos do ensino superior, devendo cumprir finalidades próprias e complementares. Como afirma, de modo assertivo, o Plano Nacional de Educação (PNE):

> Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior (2001, p.44).

A pós-graduação stricto sensu da UNEMAT potencializa diversas áreas do conhecimento, em atendimento às demandas regionais do Estado e internas da instituição, contribuindo para o fortalecimento dos Câmpus Universitários, construindo conhecimento e pesquisa em todo o território nacional. A Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT) possui 27 Programas e 36 cursos de pós-graduação stricto sensu, dos quais 12 em nível de doutorado, sendo 8 acadêmicos institucionais, 3 acadêmicos em rede e 1 doutorado profissional em rede, e 24 cursos em nível de mestrado, distribuídos em 11 mestrados acadêmicos institucionais, 1

mestrado profissional institucional e 12 cursos de mestrados profissionais em rede. Em 2024, foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) o Programa de Pós-Graduação em Processos e Tecnologias (PROFEDUCATEC), em nível de mestrado profissional em rede nacional, constituindo-se no mais recente programa de pós-graduação da UNEMAT. O curso estará sediado no Campus Universitário de Alto Araguaia e está em fase de organização documental da Coordenação Nacional da Rede junto a Capes para abertura de processo de seleção e início da primeira turma.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por meio de sua Diretoria de Gestão de Pós-Graduação Lato Sensu, desenvolve como política o fortalecimento das distintas Faculdades existentes nos Câmpus Universitários da UNEMAT, por intermédio da institucionalização e funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na modalidade presencial e a distância.

No tocante a essas ações, destaca-se o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu ofertados em parceria com diferentes órgãos públicos de Mato Grosso, com o objetivo de qualificar servidores das Secretarias de Estado, comunidades tradicionais, associações, cooperativas e a sociedade em geral.

Como resultado do fortalecimento da pós-graduação stricto sensu e da qualificação do corpo docente na IES, a pesquisa e a produção do conhecimento apresentam um crescimento significativo, no qual a UNEMAT apresenta um conjunto de 17 Centros de Pesquisa, 19 Núcleos, 120 Grupos/CNPq e mais de 245 Projetos de Pesquisas em andamento.

O graduado(a) em Educação Escolar Quilombola poderá atuar nos programas de pós-graduação em Educação, Programa de Pós Graduação em Geografia, Programa de Pós Graduação em Ensino de História, Programa de Pós Graduação em Ensino de Matemática, Programa de Pós Graduação em Linguística, Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, bem como no Programa de Pós Graduação em Educação especial inclusiva. Programa de Pós Graduação

A integração deste Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola com a pós-graduação *stricto sensu* ocorrerá por meio de alguns programas de pós-graduação acadêmicos da Unemat e dois programas de pós-graduação em rede desenvolvidos na UNEMAT, a saber:

I. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória), ofertado no Campus Universitário Jane Vanini, em Cáceres, está voltado à formação continuada de professores da Educação Básica, com propostas de trabalhos de intervenção no ensino de História, direcionadas ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A atuação de docentes da Faculdade de Ciências Humanas nesse programa efetiva um elo necessário entre a graduação, a pós-graduação e as escolas, pois possibilita aproximação com a realidade da educação, tanto por meio das pesquisas realizadas com os pós-graduandos, quanto pelo contato direto entre discentes de ambos os graus acadêmicos. Essa experiência permite, principalmente, redirecionar o trabalho com a formação inicial. O ProfHistória é um programa em Rede e o núcleo da UNEMAT já possui proposta de doutorado aprovado com previsão de início da primeira turma para 2024.

II. O programa de pós-graduação em Linguística (PPGL), sediado no Câmpus Universitário Jane Vanini, em Cáceres-MT, com Mestrado e Doutorado, o qual tem como objetivo: formar mestres e doutores para atuarem no ensino superior e contribuir para a qualidade do Ensino Básico, por meio da proposição e condução de projetos de pesquisa voltados ao estudo de fenômenos linguísticos. Dentro da área de concentração Estudo de Processos Linguísticos, o programa articula ações de ensino e pesquisa, nas seguintes linhas de pesquisa: estudos de processos de práticas sociais da linguagem; estudos de processos de significação; estudos de processos de variação e mudança e de descrição, análise e documentação de línguas indígenas; estudos de processos discursivos.

III. O programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação (PPGEDU), ofertado no Câmpus Universitário Jane Vanini, em Cáceres, têm como meta principal nortear o processo de formação de profissionais, visando à competência técnico-científica dos professores que atuam nessa área de ensino e pesquisa em Mato Grosso e região.

IV. O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGGeo UNEMAT), com sede no câmpus de Cáceres, é reconhecido pela CAPES

com conceito 4 e registrado sob o nº 50002015102P5, destacando-se entre os programas de excelência em nível de mestrado no Brasil. Localizado em uma região estratégica, o município de Cáceres situa-se na fronteira internacional com a Bolívia e no coração de um território marcado pela diversidade dos biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia. Este contexto singular oferece um cenário privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas que abordam questões socioambientais, geopolíticas e territoriais. O curso tem como objetivo qualificar profissionais com competências teóricas e práticas voltadas para a análise, organização e gestão do espaço geográfico, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental. As pesquisas desenvolvidas no PPGGeo têm relevância não só para a academia, mas também para a sociedade, uma vez que abordam desafios contemporâneos relacionados ao uso e à ocupação do território, à gestão dos recursos naturais e às dinâmicas socioeconômicas que impactam a região. Em constante expansão, o PPGGeo teve recentemente aprovado o curso de Doutorado em Geografia, com previsão de abertura de sua primeira turma em breve, o que fortalecerá ainda mais sua contribuição para a formação de profissionais altamente qualificados, comprometidos com as demandas regionais e nacionais no campo da Geografia.

V. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o único do Brasil situado na intersecção de 03 biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal), tendo como Missão "Formar academicamente profissionais com capacidade inovadora na geração de novos conhecimentos interdisciplinares capazes de produzir conhecimento interdisciplinar e transversal para enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, com impacto positivo no alcance dos objetivos da agenda 2030 da ONU, atuando diretamente na qualidade de vida e promoção da sustentabilidade". Tem como área do conhecimento "Meio Ambiente e Sustentabilidade" e duas linhas "Análise socioambiental da Amazônia, Cerrado e Pantanal" - desenvolvendo estudos voltados à compreensão da biodiversidade e ao desenvolvimento de estratégias para sua conservação e manejo sustentável; e "Uso sustentável e conservação da biodiversidade da Amazônia, Cerrado e Pantanal" - promovendo investigações sobre as relações entre sociedades humanas e o meio ambiente, considerando os impactos sociais, culturais e econômicos das ações antrópicas. O PPGCA destaca-se pelo seu compromisso com a produção de ciência aplicada e pelo seu forte impacto social, incorporando pesquisadores, profissionais e alunos de diversos perfis, incluindo indígenas de distintas etnias, professores de redes públicas e profissionais locais e regionais, fortalecendo sobremaneira a qualificação na região. Além disso, o programa despertou interesse de alunos de outros estados e países, favorecendo a integração acadêmica e científica entre diferentes regiões do Brasil e da América Latina, potencializando a integração Sul-Sul, consolidando-se como referência em sua área.

A conexão com esses cursos de pós-graduação concretiza-se por meio de docentes credenciados, os quais ofertam disciplinas, desenvolvem projetos de pesquisa e extensão, orientam, e/ou por meio de discentes que participam dos projetos, dos eventos científicos, estágios de docência, realizados na graduação por alunos da pós.

2.4 Mobilidade estudantil e internacionalização

A Mobilidade Acadêmica é o processo que possibilita ao aluno de graduação estudar em outra instituição, brasileira ou estrangeira, e, após a conclusão dos créditos e/ou pesquisa, receber um comprovante de estudos da instituição de origem e ter a experiência registrada no seu histórico escolar. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) contempla 8 créditos do total da carga horária cursada pelo acadêmico seja de livre escolha, isto é, o acadêmico tem a possibilidade de realização em mobilidade intercursos, intercampi, nacional e internacional. O objetivo da mobilidade acadêmica é a formação dinâmica do acadêmico, permitindo um currículo flexibilizado para atender demandas do seu contexto local e regional vivenciado a atualização e, ao mesmo tempo, seu interesse pessoal e pré-disposição por temas e competências, para além daquelas estabelecidas no currículo.

A internacionalização é o modo como o curso oferta a todos os estudantes a oportunidade

de dialogar com outros sujeitos de reconhecida carreira profissional em seus países estrangeiros, permitindo o aprimoramento do graduando tendo como base também a experiência do outro. A internacionalização do currículo é prevista neste PPC a partir de três formatos que, não exaustivos, podem ser desenvolvidos de modo separado, em conjunto ou complementados por novas possibilidades abertas pelo contexto institucional ou externo à Universidade. O primeiro formato é a realização de ações e momentos dentro do próprio Curso, destinados aos seus estudantes e abertos ou não a estudantes de outros cursos. O segundo é composto por ações e momentos desenvolvidos pela Universidade e disponíveis a todos os estudantes, cujo acesso depende do número de vagas disponíveis em cada experiência. Nesses casos trata-se prioritariamente do desenvolvimento do conceito de "internacionalização em casa", onde o estudante tem a oportunidade de experiências sem ter que se distanciar da sua rotina acadêmica e do seu câmpus ou núcleo de ensino. O terceiro formato depende das oportunidades geradas por outros atores externos à Universidade, como fundações, instituições de ensino e outros órgãos como os de financiamento ou de desenvolvimento de ações no âmbito internacional, momento no qual será necessário o reconhecimento das atividades por parte do curso por ser tratar das experiências de internacionalização "fora de casa".

No contexto de globalização torna-se necessário o desenvolvimento de competências internacionais, tanto pessoais como da área do conhecimento e profissional, para o enfrentamento dos desafios que, mesmo quando locais, estão relacionados com mudanças maiores como a tecnologia, a inserção econômica e a produção de conhecimentos. Uma vez contemplada a internacionalização do currículo em ações e momentos a serem desenvolvidos também dentro do próprio curso, se promove a garantia de oportunidades a todos os estudantes para ingressar em espaços de formação, aperfeiçoamento e capacitações diversas, que aprofundem e incorporem os saberes, a partir de uma perspectiva comparada tanto no campo da formação geral (como pessoas e cidadãos), como também no campo disciplinar e profissional.

Toda experiência de internacionalização do currículo reconhecida pelo curso será registrada no histórico escolar do aluno, propiciando-lhe a legitimidade da formação desenvolvida.

2.5 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem

As tecnologias digitais de informação e comunicação ganharam espaço a partir do momento em que passaram a compor, obrigatoriamente, o instrumental no ensino. Impulsionado por este processo, o presente PPC garante que parte da metodologia se utilizará das tecnologias digitais, em especial para experiências como a internacionalização, a mobilidade acadêmica e outras experiências voltadas à melhoria da formação discente.

A Universidade, como espaço de formação profissional, tem o desafio de experimentar processos novos. Dentre estes estão os novos espaços e modos de relações de ensino. Assim, o presente PPC propõe que parte da carga horária de ensino seja desenvolvida com o uso de novas tecnologias.

Um ponto a destacar são os requisitos estabelecidos para os estágios supervisionados nos quais os discentes poderão elaborar material educacional para o ensino por meio do uso de tecnologias digitais.

O Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola é um curso ofertado presencialmente, ou seja, não se trata nem de um curso semipresencial e nem a distância. No entanto, as práticas pedagógicas do Curso poderão ser complementadas com atividades mediadas por tecnologias. Isto permite a criação de novos paradigmas educacionais, uma perspectiva em que discentes possuem novos papéis e atribuições. Além disso, possibilita o desenvolvimento da "inteligência coletiva" e a construção de "ambientes coletivos de aprendizagem", permitindo o desenvolvimento de um trabalho mais dinâmico e complexo, sem limites de tempo e espaço.

Pensar em inclusão e uso pedagógico das tecnologias e suas inovações é o grande desafio a ser enfrentado em um cenário de tamanha desigualdade. O PNE em suas estratégias 15.4 e 15.5 já previa a consolidação e ampliação de uma plataforma eletrônica para organizar a oferta e as

matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos em conjunto com a implantação de programas específicos para a formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial.

Isto decorre do fato que o uso comum das tecnologias para os jovens é na grande maioria centrada no uso de redes sociais, para a comunicação, contudo mesmo reconhecendo a importância deste uso no encurtamento das distâncias geográficas o potencial do uso das tecnologias na pedagogia em consonância com as metodologias ativas de aprendizagem representam o ponto de desenvolvimento da educação, por meio de uma aprendizagem voltada para as demandas locais com vistas para o cenário global, cada vez mais empreendedor, coletivo e inovador, que reconhece a importância de se respeitar e garantir a sustentabilidade da diversidade ambiental, cultural e social.

Por fim, destacamos que nas disciplinas de Práticas de Ensino serão priorizadas as análises e o desenvolvimento de Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Empreendedorismo na articulação entre as IES e as escolas da rede pública.

2.6 Conteúdos pertinentes às políticas para educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e educação ambiental

Nas últimas décadas, vários avanços em termos de cidadania se deram por meio da inserção de temas na agenda educacional. Esse é o caso da Resolução CNE/MEC nº 1, de 17 de junho de 2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a Resolução CNE/CP n° 1, de 30 de maio de 2012 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Segundo essas normatizações, seus conteúdos devem ser desenvolvidos de modo transversal ao longo da formação de graduação.

As observações, recomendações e definições presentes nessas Resoluções, bem como no Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004, orientam as definições curriculares e as políticas institucionais no que tange à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O mesmo ocorre com os temas da educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental. Neste sentido, elas instituem a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados ao tratamento destas questões, tendo como meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade brasileira, marcadamente multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária, e um desenvolvimento social sustentável que considere a preservação do Meio Ambiente como compromisso geracional. A educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/MEC nº 1/2004 (art. 2º, §1º), tem por objetivo "a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira". Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo "o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas" (Resolução CNE/MEC nº01/2004, art. 2º §2º).

É pela educação para o atendimento aos Direitos Humanos que se objetiva alcançar uma sociedade melhor e mais justa. A própria Resolução CNE/CP n° 1/2012 afirma que "a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades". Reafirma ainda que tal educação "poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos" Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado;

democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental. Nesse contexto, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e mais igual, que vislumbra a diversidade social como uma diferença que nos enriquece, os cursos de licenciatura propostos apresentam, de forma transversal, em diferentes unidades curriculares, conteúdos, habilidades e atitudes que expressam as reflexões e práticas esperadas para a promoção da Educação em Direitos Humanos, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esta perspectiva se revela em estudos, vivências, debates, eventos e projetos propostos e desenvolvidos ao longo da formação nos cursos de licenciatura.

Cabe ressaltar, que os princípios que orientam a Resolução CNE/CP nº 02/2012 sobre a Educação Ambiental e a Resolução CNE/CP nº 01/2012 sobre Educação em Direitos Humanos são norteadores para uma educação superior que preconiza a mudança social, e este é um compromisso assumido pela Universidade do Estado de Mato Grosso em seus diversos cursos de Graduação. Dessa forma, as questões relacionadas à formação de uma consciência cidadã, marcada pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais, na construção de uma sociedade justa e equânime, representam o projeto de formação nesta Universidade, encontrando-se presentes em suas políticas institucionais.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº02/2012, art. 3º), a Educação Ambiental "visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído" e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º).

No presente PPC, a proposta é abordar as questões e os conteúdos estabelecidos pelas Resoluções de forma transversal, em diferentes unidades curriculares, perpassando práticas, vivências, projetos e eventos, realizados ao longo de toda formação. Cabe destacar que a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e a Educação das Relações Étnico-raciais são contempladas na proposta educacional também por meio de projetos de pesquisa e extensão, desenvolvido pela IES.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, tanto no núcleo de formação comum das licenciaturas, quanto no núcleo de formação específica, além de orientar a atuação discente em suas práticas extensionistas e de pesquisa. Ademais, esses conteúdos são também contemplados de maneira transversal por meio da oferta de palestras, mesas-redondas, encontros e eventos culturais ao longo dos períodos letivos.

2.7 Educação Inclusiva

A educação inclusiva é objetivo do presente PPC tanto no que se refere à inclusão de estudantes no Curso de Graduação, quanto na formação e preparo desses para, como profissionais, atuarem na realidade social sendo agentes da inclusão, especificamente, de surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas a partir de práticas e políticas educacionais. Dentro do curso, a posição inclusiva é o princípio que fundamenta a prática docente no acolhimento de estudantes com o perfil descrito acima, mas é, também, princípio para que a diferença ganhe espaço e seja positivamente trabalhada considerando que os estudantes aprendam cada um ao seu modo, com destaque aos fatores biopsicossociais.

Assim, as metodologias de ensino no curso, suas práticas e seus espaços para a formação dos estudantes priorizam a inclusão de modo amplo, reconhecendo que as diferenças devem ser valorizadas como instrumentos de potencialidades para uma formação que revele as características próprias e suas potencialidades em cada futuro profissional e cidadão.

O conceito e as práticas de um formação que busca garantir a inclusão orientam o presente PPC e resultam nos avanços do tema no contexto nacional e internacional, com o qual a educação superior deve manter-se atualizada e em diálogo. Assim, e em cumprimento à legislação, o currículo deste PPC traz a oferta do curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola pautada no

princípio de educação inclusiva como tema transversal tanto nos conteúdos disciplinares quanto nas competências visadas pela formação dos estudantes.

3. ESTRUTURA CURRICULAR

Seguindo as orientações dadas por normatizações do Conselho Nacional de Educação e da política de ensino da Unemat, o presente PPC se organiza a partir de três núcleos: o de formação geral/humanística, o da formação específica, e o de estudos complementares/integradores. Em cumprimento da Resolução 02/2019CNE, o ensino é pensado como relação na qual a prática tem papel fundamental.

3.1 Formação teórica articulada com a prática

A formação do professor da Educação Básica é a proposta pedagógica basilar do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola. Nesse sentido, a proposta pedagógica do Curso foi construída de acordo com a Diretriz Curricular do curso e os referenciais oficiais para a Educação Básica, tanto do Conselho Nacional de Educação, como do Conselho de Educação do Estado de Mato Grosso. As práticas docentes e suas interfaces com a pesquisa e a extensão na formação dos profissionais do Curso se articulam com base nos componentes curriculares, nas ementas, na distribuição dos creditos teóricos e práticos e a articulação entre eles.

I. aula teórica (código T):

Os créditos teóricos serão realizados presencialmente ou a distância, contemplando a leitura e discussão de referências das áreas de formação geral e específica, bem como a discussão de possíveis resultados e dados conseguidos em atividades práticas.

II. Prática como componente curricular (aula de campo, laboratório) (código P):

Os créditos práticos serão realizados de acordo com as seguintes peculiaridades:

(1) em disciplinas que contemplem a prática como componente curricular, obedecendo às resoluções vigentes;

(2) de acordo com as especificidades das disciplinas de Estágio, TCC I e TCC II;

(3) para elaboração de material didático em disciplinas do curso;

(4) para a prática da (re)textualização e análise linguística nas disciplinas de Leitura e Produção de Textos e das disciplinas que demandam escrita de textos;

(5) para a prática das narrativas orais das pessoas das comunidases quilombolas;

III. Oferta dos créditos à distância (Código D):

Em conformidade com a Portaria MEC Nº. 2.117/2019, algumas disciplinas constantes da Estrutura Curricular dispõem de créditos na modalidade a distância (ver distribuição dos créditos no ementário deste PPC). No que diz respeito à operacionalização e à oferta de créditos teóricos (T) e/ou práticos (P), na modalidade a distância, o professor responsável pela disciplina fará uso, obrigatoriamente, da plataforma SIGAA (Ambiente Virtual de Aprendizado da instituição), definida pela UNEMAT/PROEG, e deverá cumprir o seguinte protocolo administrativo e pedagógico:

I. Descrever no plano de ensino qual o conteúdo e a atividade serão tratados a distância e quais as estratégias pedagógicas baseadas em recursos digitais e aplicativos de internet serão utilizadas;

II. Organizar, sistematizar e acompanhar o conteúdo, a atividade de ensino no Ambiente Virtual, considerando seus objetivos pedagógicos;

III. Utilizar os recursos didáticos disponíveis no Ambiente Virtual, como fórum (propor casos, situações-problemas ou questões que fomentem a discussão para promover a interação da turma nesse espaço), entre outros;

IV. Criar videoaulas diversificando o formato de apresentação do conteúdo e/ou disponibilizar vídeos, videoaulas, materiais com licenças livres no Ambiente Virtual, tomando cuidado com aqueles protegidos por direitos autorais;

V. Oferecer espaços síncronos ou assíncronos privados entre docente e aluno para que este registre suas aprendizagens, reflexões e sentimentos;

VI. Gravar seus podcasts ou arquivos de áudio para fornecer orientações e explicações para os alunos;

VII. Propor aulas e/ou orientações síncronas por webconferência; estar presente no Ambiente Virtual, acompanhar os alunos junto à realização das atividades, acolher suas dúvidas, fomentar as discussões e as trocas entre o grupo, fornece feedbacks construtivos, respeitosos, fazer intervenções pedagógicas, desafiá-los.

Os créditos trabalhados a distancia serão acompanhados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso que fará desde a análise do plano de trabalho até sua execulsão.

3.2 Núcleos de formação

Núcleo I: Estudos de formação geral (EFG)
Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)
Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE
Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado - ECS
A matriz Curricular do Curso possui 3.300h sendo estas distribuídas em:
a) 900h (oitocentas) horas dedicadas ao estudo de saberes geral e humanístico.
b) 1620 (um mil e quatrocentas) horas de estudo de saberes específicos da área de formação.
b) 450 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, na área de formação e atuação na educação básica, em situação real de trabalho em escola, segundo este PPC.
c) 330 (trezentas) horas de Creditação das práticas de Extensão.

a) Núcleo de estudos de formação geral e e Núcleo de estudos complementares/integradores

UC I – Estudos de formação geral (EFG)						
Áreas	**Disciplinas**	**CH**		**CRÉDITOS**		**PRÉ-REQUSITO**
		P	**D**	**T**	**P**	
Educação	Metodologia da Pesquisa Educacional	45	15	3	1	Não
Educação	Didática de Ensino Quilombola	45	15	3	1	Não
Educação	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	45	15	3	1	Não
Letras e Linguagens	Leitura e Produção Textual	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Educação e Interseccionalidade	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Estudos Pós-Coloniais e Descoloniais na Atualidade	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Educação Para as Relações Étnico- Raciais	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Educação e Questões de Gênero	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Filosofia e Educação Quilombola	45	15	3	1	Não
Educação	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil	45	15	3	1	Não
Letras e Linguagens	Língua Brasileira de Sinais - Libras	45	15	3	1	Não

Educação	Educação Especial e Inclusiva	45	15	3	1	Não
Ciências da Comunicação	Comunicação, Educação e Cidadania	45	15	3	1	Não
-	Eletiva livre	45	15	3	1	Não
-	Eletiva Livre	45	15	3	1	Não
Total carga horária UCI:		**675**	**225**	**45**	**15**	

UC 2 – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)						
Área	**Disciplina**	**CH**		**CRÉDITOS**		**PRÉ-REQUISITO**
				T	**P**	
Educação	Introdução à Educação Quilombola e Interculturalidade	45	15	3	1	Não
Educação	Letramento e Alfabetização I	45	15	3	1	Não
Educação	Letramento e Alfabetização II	45	15	3	1	Não
História	História dos Quilombos No Brasil	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Sociologia e Educação Quilombola	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Antropologia e Educação Quilombola	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Política Educacional Brasileira e Quilombola	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	História e Historiografia Africana	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	História e Diversidade Cultural Afro-Brasileira	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Gestão Educacional e Escolar em Territórios Quilombolas	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Direitos Humanos e Políticas Públicas no Contexto Quilombola	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte e Históra da Arte Afrocentrada	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Processos Sócioterritoriais Conteporâneos	45	15	3	1	Não
Letras e Linguagens	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Etnologia Brasileira	45	15	3	1	Não
Ciências Humanas	Ludicidades Africana E Afro-Brasileira	45	15	3	1	Não
Ciências Biológicas	Princípios da Agroecologia e Educação Ambiental	45	15	3	1	Não
Ciências Biológicas	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	45	15	3	1	Não
Ciências Exatas	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática	451	5	3	1	Não
Educação	Planejamento Educacional e Organização do Trabalho Escolar	45	15	3	1	Não

	em Territórios Quilombolas					
Ciências Humanas	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Geografia	45	15	3	1	Não
Educação	Fundamentos e Metodologia de Educação de Jovens e Adultos em Educação Quilombola	45	15	3	1	Não
Letras e Linguagens	Literatura Infanto-Juvenil Afrocentrada	45	15	3	1	Não
Ciências Exatas	Educação Matemática para a Justiça Social	45	15	3	1	Não
	Trabalho De Conclusao de Curso - TCCI	60	0	2	2	Não
	Trabalho De Conclusao de Curso - TCCII	60	0	2	2	TCCI
Total Carga Horária UC II:		**1245**	**375**	**79**	**29**	

UC III: Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE		
Área	**Disciplina**	**CH**
Qualquer área	Atividade Curricular de Extensão	330
Total de Atividade Acadêmicas de Extensão		**330**

UC IV: Estágio Curricular Supervisionado - ECS						
Área	**Disciplina**	**CH**		**CRÉDITOS**		**PRÉ-REQUISITO**
		P	**D**	**T**	**P**	
Educação Ensino	Estágio Curricular Supervisionado I: Gestão Escolar	60	0	2	2	Não
Educação Ensino	Estágio Curricular Supervisionado II: a escola como espaço de formação docente	60	0	2	2	Estágio I
Educação Ensino	Estágio Curricular Supervisionado III: Educação Infantil	90	0	2	4	Estágio II
Educação Ensino	Estágio Curricular Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Educação Quilombola	90	0	2	4	Estágio III
Educação Ensino	Estágio Curricular Supervisionado V: Anos Finais do Ensino Fundamental em Educação Quilombola	90	0	2	4	Estágio IV
Educação Ensino	Estágio Curricular Supervisionado VI: Educação de Jovens e Adultos (EJA)	60	0	2	2	Estágio V
Total da Carga Horária		**450**	**0**	**12**	**18**	

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			
Unidades Curriculares	**CH**	**CRÉDITOS**	
		T	**P**
Unidade Curricular I: Estudos de formação geral (EFG)	900	42	14
Unidade Curricular II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)	1620	72	24

Unidade Curricular III: Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE	450	21	15
Unidade Curricular IV: Estágio Curricular Supervisionado - ECS	330		
Total da Carga Horária do Curso	**3.300**	**135**	**53**

3.3 Consonância com o núcleo comum para os cursos da Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia

A Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia foi criada para abrigar os cursos do Programa de formação Parceladas da UNEMAT, de abrangência multidisciplinar e está fundamentada na proposta curricular que aponta as grandes linhas da ação pedagógica no Programa de Licenciaturas Parceladas que foi concebida na perspectiva sócio-histórica da produção do conhecimento; de maneira a proporcionar a todos os participantes um espaço para o exercício da solidariedade, da ação conjunta; criando uma organização capaz de romper com as grandes dicotomias que têm marcado a educação através do tempo e de integrar "teoria e prática". Acreditando ser o trabalho que humaniza o homem, num duplo movimento de evolução e de transformação da natureza e do próprio homem, concebeu-se, neste Projeto Pedagógico de Curso a pesquisa como eixo central dos cursos oferecidos, em torno do qual se articulam as várias disciplinas de uma matriz curricular básica, mas não inflexível, assim como todas as atividades acadêmicas. Partindo do princípio de que o conhecimento é uma produção social, concebe-se a formação acadêmica como um processo pessoal de investigação na constante interação com os outros, sejam eles professores, especialistas, colegas, comunidade envolvida. Todos são convocados a desenvolver uma postura de investigadores, de (re)conhecimento e utilização dos instrumentos técnicos e dos sistemas de signos, criados pelo homem e que permitem à espécie humana se comunicar e ultrapassar seus próprios limites, construindo uma realidade de ordem simbólica. Se a mediação de instrumentos técnicos é importante na produção material e científica, a mediação dos sistemas de signos - mediação semiótica - é que permite, através da comunicação, via principalmente da linguagem falada e escrita, a produção e a apropriação da cultura. O poder do signo reside no fato de que ele serve para representar (objeto, gesto, figura som) para alguém, para o outro: o importante no signo é a sua função comunicativa.

Portanto, representar é uma atividade social que implica em negociações e acordos entre sujeitos, ou seja, tem na sua base o diálogo. O projeto de licenciaturas parceladas é um espaço privilegiado de interação dialógica entre os participantes, que são de regiões muito diferentes; incluindo desde o sertão mato-grossense, onde os cursos estão sendo implantados e onde se localizam os cursistas que, nascidos aí ou vindos de outros estados, carregam uma experiência de vida riquíssima; até os grandes centros de desenvolvimento do país, com maiores recursos, de onde vêm os assessores e parte dos docentes universitários que têm mais fácil acesso a informações. Procurando incorporar no processo educativo a experiência vivida e os conhecimentos que o aluno já produziu, a proposta pedagógica dos cursos deste Campus Universitário tem na realidade local seu ponto de partida, buscando respeitar as diferentes formas de ver e ler o mundo e ampliando os conhecimentos sobre essa realidade. Nesse sentido, alunos e professores empenham-se na pesquisa, no intuito de melhor conhecer essa realidade, de criticá-la, de transformá-la:

> [...] a observação e a experimentação são atitudes essenciais no processo educativo, invertendo-se a visão tradicional de que o estudante deve primeiro saber através do estudo em livros e da participação em aulas, para depois pesquisar. A prática pedagógica proposta está fundamentada no saber-fazer, forjado na relação dialógica entre professores/alunos e os conhecimentos de que são portadores e no exercício da interdisciplinaridade. (SETUBAL, M A.)

Dois momentos curriculares com funções bem definidas abrangem o conjunto das ações que pretendem formar, não só o indivíduo autônomo, responsável pela própria aprendizagem e sistematização da experiência pessoal, mas também o profissional comprometido com a aprendizagem de todos os seus alunos. Esses dois momentos compreendem: Formação

Fundamental Básica e a Formação Específica. Perceber o meio social e natural, definir um objeto empírico de pesquisa, buscar uma metodologia adequada, levantar dados, produzir uma análise prévia a partir de uma fundamentação teórico-prática, produzir um relatório preliminar da pesquisa, são etapas a partir das quais se organizam os blocos de disciplinas da Formação Fundamental Básica e se planejam as outras atividades pedagógicas. Entendemos, neste momento, a pesquisa como ferramenta pedagógica, como um instrumental mínimo, um jeito de entrar em contato com as teorias, pesquisando. Mas este caminho não garante a produção do conhecimento novo; isto só é possível quando realmente aparece a dúvida. No momento em que se produz uma pergunta (sem resposta!) dentro da pesquisa preliminar, ou seja, fazer perguntas pode instituir objetos ainda não constituídos como objetos de pesquisa e este é o desafio que colocamos no momento seguinte, o da Formação Específica, em cada curso. Não há nenhuma fronteira fechada em torno da pesquisa, mesmo quando separamos, no tempo, dois momentos curriculares distintos. Quem, em última instância, determina os caminhos, a profundidade e o desenvolvimento da investigação é o sujeito/cursista. Um grande seminário de comunicação a respeito do processo de elaboração, execução do projeto de pesquisa, assim como dos primeiros resultados, encerra o período de Formação Fundamental Básica (com a duração de um ano) e garante o ingresso na Formação Específica correspondente à habilitação oferecida (com a duração de quatro anos). A pesquisa, neste segundo período, além de continuar sendo um valioso instrumento pedagógico; adquire um caráter mais direcionado à produção de conhecimentos, e será consubstanciada em um projeto que o acadêmico será estimulado a ir desenvolvendo no decorrer do curso, buscando um objeto ligado a algum dos aspectos vistos pelas lentes das diferentes disciplinas ou, se preferir, a algum aspecto do seu trabalho. O desafio será sempre o de instituir objetos ainda não instituídos como objetos de pesquisa, garantindo a produção do conhecimento a partir da dúvida, da pergunta levantada. O que se pretende, é fugir da armadilha que tem mantido presos e sem ação efetiva de renovação, muitos projetos, que acabam enroscados na circularidade de mudanças do currículo em si mesmo; isto é, das disciplinas, do ementário, da sua redistribuição na grade curricular, o que, ao final, não sai do lugar comum da sala de aula, em torno da qual giram todas as atividades. O Projeto pretende criar e desenvolver o que o Prof. Gilvan Müller chama de espaço acadêmico que envolve atividades e momentos diversificados, a maioria fora da sala de aula, mas concebidos como fazendo parte intrínseca da estrutura dos cursos. Objetiva-se com isso a formação em rede e contínua. Após ter experimentado a diferença entre repetir conhecimento e envolver-se efetivamente no trabalho de aquisição/apreensão/produção do conhecimento através da pesquisa, o acadêmico adquirirá mais autonomia no seu processo de formação.

> O importante é perceber que os agentes destas diferentes atividades circulam em vários âmbitos, como de resto sempre acontece com o trabalho real, com a situação em que o trabalho não é reduzido à categoria de mero exercício para ser lido e corrigido pelo professor, mas sendo real, tem relevância; dignifica seus autores e seus agentes e cria interesse de participação no corpo discente, que passa quase que imediatamente a ter outra postura frente às aulas e à vida acadêmica em geral, dada pelos desafios da pesquisa (MÜLLER, Gilvan).

Embora se mantenha uma grade curricular básica, o enfoque que se busca é muito condicionado ao olhar que se lança sobre a realidade, de maneira que teoria e prática não sejam dicotomizadas. Muitas vezes as indagações dos alunos vão exigir que o professor assuma a postura de ter sempre que se interrogar também e de buscar informações que nem sempre ele tem no momento. Além disso, é desejável que, em cada unidade de estudo, o professor estabeleça problema(s) com o qual ou com os quais ele deverá relacionar as fontes de conhecimento. É uma maneira de romper com a "lógica normatizadora autoritária do conhecimento pronto, acabado e localizado", conforme afirma Paulo Knauss (1996) em seu artigo sobre a sala de aula como lugar de pesquisa; instaurando um processo de investigação na aprendizagem, capaz de superar a antiga etapa de fixação, de reprodução pura e simples do conhecimento, entrando, assim, no universo do conhecimento científico. O processo de aprendizagem se confunde, portanto, com o processo de produção do conhecimento que se confunde, por sua vez, com a iniciação à investigação,

"deslocando-se a problemática da integração ensino-pesquisa, para todos os níveis do conhecimento, inclusive o mais elementar. A pesquisa é assim entendida como o caminho privilegiado para a construção de sujeitos do conhecimento que se propõem a construir a sua leitura de mundo". E isto é produzir conhecimento coletivamente, na interação entre as pessoas. Por isso dizíamos, no início, que o Projeto de Licenciaturas Parceladas se constitui num espaço privilegiado de comunicação dialógica.

3.4 Estágio Supervisionado

A prática de Estágio Supervisionado para os Cursos de Licenciaturas da Unemat estão respaldados por Resolução própria do CONEPE, que estabelece normas para a organização e funcionamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação de Licenciatura da UNEMAT. A resolução está embasada na Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que altera o disposto no artigo 82 da Lei nº 9.394/96, Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e CNE/CP nº 2/2002, respaldadas no Parecer CNE/CP 28/2001.

Segundo o texto da Resolução CNE/CP 1/2002, os cursos de Licenciatura devem apresentar uma organização curricular capaz de oferecer sólida formação teórico-prática aos professores. Essa preocupação está expressa em seu artigo 2º, que fundamenta a formação de professores:

I. o ensino visando à aprendizagem do aluno;
II. o acolhimento e o trato da diversidade;
III. o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
IV. o aprimoramento em práticas investigativas;
V. a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
VI. o uso de tecnologia da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
VII. o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Nesse contexto, entendemos que a formação do professor de Educação Escolar Quilombola consiste no desenvolvimento de um profissional engajado com a tarefa de desenvolver nos alunos o senso crítico e uma compreensão do espaço em que vive e de si enquanto sujeito sócio histórico, respeitando a diversidade social e cultural e no estimulo à construção de uma autonomia capaz de transformar os educandos em sujeitos éticos, tolerantes e conscientes da necessidade de valorizar o conhecimento, os bens culturais, o trabalho, a diversidade e buscar o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Pensar o papel do Estágio Supervisionado na formação docente significa incluí-lo e discuti-lo em todos os âmbitos do curso, fazendo parte das abordagens de todos os professores; sendo encarado como momento de formação inicial e continua dentro do contexto de atuação profissional do futuro professor. Portanto, falar em Estágio é falar em um trabalho que envolva a totalidade dos cursos de formação de professores. Para a educadora Stela Piconez (1998, p. 30):

> A disciplina Estágio Supervisionado pertence ao currículo do curso de formação de professores e deve ser pensada nesse âmbito. O preparo para o exercício do magistério não pode constituir-se tarefa exclusiva desta disciplina. Ela precisa estar articulada com os demais componentes curriculares do curso. Não pode ser isoladamente responsável pela qualificação profissional do professor, deve, portanto, estar articulada ao projeto pedagógico do curso.

Essa articulação evidencia a necessidade de trabalhar a formação em sua totalidade, sem cair no processo de fragmentação dos saberes, o que pode levar a uma dimensão extremamente negativa e fragilizada da docência, repercutindo na formação da identidade docente e na prática pedagógica desenvolvida pelos profissionais da educação.

A formação docente está vinculada a todo um complexo conjunto de saberes, conhecimentos e valores que são desenvolvidos ao longo do processo de formação. Nesse contexto, o Estágio é o momento de relacionar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo desse processo com a realidade e o cotidiano das nossas Escolas, visando a construção de

conhecimentos a respeito da dinâmica escolar e do papel do professor nesse ambiente. Para Pimenta e Lima (2004, p. 88):

> o curso de formação inicial e seu respectivo estágio passam a ser um período especial na vida desses futuros professores, pois as possibilidades dessa mudança se fazem, também, no lócus da universidade, tendo o professor formador embasando teoricamente e orientando esse processo formativo.

Nesse processo, projetar alternativas, através da mediação entre teoria e prática, é papel do Estágio no atual contexto social e educacional. A inserção do estagiário na escola não terá nenhuma utilidade se não fizermos o exercício de contextualização, de relação com as situações concretas da escola, do trabalho dos professores e das interações humanas que se desenvolvem no interior dos espaços escolares.

Na obra intitulada *"Saberes docentes e formação profissional* (2002, p. 118), o pesquisador canadense Maurice Tardif defende a ideia de que:

> O ensino é uma atividade humana, um trabalho interativo, ou seja, um trabalho baseado em interações entre pessoas. Concretamente, ensinar é desencadear um programa de interações com um grupo de alunos, a fim de atingir determinados objetivos educativos relativos à aprendizagem de conhecimentos e à socialização (grifos do autor). Consequentemente, a pedagogia, enquanto teoria do ensino e da aprendizagem, nunca pode colocar de lado as condições e as limitações inerentes à interação humana, notadamente as condições e as limitações normativas, afetivas, simbólicas e também, é claro, aquelas ligadas às relações de poder.

Tomando como referência a obra de Tardif, percebe-se que a profissão de educador se torna complexa e exigente por tratar-se de uma atividade humana, baseada na interação entre pessoas no processo de formação. Nessa interação, onde o ato de ensinar é desenvolvido, inúmeros valores, símbolos, significados e problemas são desencadeados, pois, como afirma Tardif, ser professor é lidar com nossos semelhantes, com quem desenvolvemos uma grande variedade de interações e significados que passam a exercer forte influência na formação a na atuação pedagógica dos envolvidos neste processo. Lidar com esse complexo campo de trabalho é tarefa que se apresenta como desafio aos profissionais da educação.

Seguindo essa concepção, o Estágio Supervisionado supõe, necessariamente, uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional da educação e o acadêmico em formação. O Estágio, assim, é o momento de efetivar um processo de ensino e aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo, quando da profissionalização e inserção deste no mercado de trabalho. Assim, torna-se necessário encarar o Estágio não apenas como uma atividade prática ou técnica, mas como uma atividade teórica de inserção, observação, leituras, aprendizados e novas ações a partir desses momentos, pois as percepções construídas nesses instantes irão fundamentar a visão sobre o que é ser professor e suas especificidades, e determinará a tomada de posição do futuro professor frente à complexidade da escolha profissional.

É certo que as disciplinas de estágio e suas abordagens não conseguem abarcar toda a complexidade apresentada pelo cotidiano escolar, as angústias dos estagiários, seus medos e inseguranças. No entanto, estas são fundamentais para o exercício da reflexão sobre a realidade escolar. São as discussões teóricas, juntamente com as orientações dos professores, que tornará possível a inserção e o desenvolvimento de um trabalho condizente com cada contexto educacional, ao mesmo tempo em que se dá início ao processo de construção da identidade do futuro docente.

Todo esse contexto representa o processo de gestação de um comportamento, atitude de busca, de elaboração e consolidação de uma atividade docente pautada pelo exercício consciente e de transformação constante, criação, reinvenção, a ser realizado no cotidiano da escola, fundamentada e embasada no contexto social e histórico em que a mesma se encontra inserida.

Nesse contexto, tem como objetivo aproximar e inserir os acadêmicos de Educação Escolar Quilombola em formação, à realidade escolar vivenciada no município de Cáceres e região.

Essa aproximação permitirá uma compreensão mais detalhada sobre as características das instituições de ensino, ao mesmo tempo em que possibilitará aos futuros professores uma postura reflexiva sobre essa realidade e, a partir dela, buscar a construção de uma prática pedagógica voltada ao atendimento das necessidades específicas de cada realidade escolar.

Essa adequação torna-se fundamental para romper com a exclusão desenvolvida por uma educação desvinculada da realidade concreta em que o ensino está acontecendo. Por isso, as abordagens sobre o estágio, necessitam levantar e discutir a importância da contextualização da prática pedagógica realizada nas instituições escolares.

Diante disso, o Artigo 13 da Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, definie o Estágio Curricular Supervisionado como:

> (...) componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

A referida resolução orienta que as 400 horas de Estágio Supervisionado sejam distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso. Considerando que o Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola foi aprovado pelo Edital nº 23/2023 e, considerando ainda o prazo regulamentar de dois anos para as IES adequarem seus cursos de licenciatura à nova resolução, o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola PARFOR Equidade da Unemat terá seu início do terceiro semestre e está assim constituído:

- Estágio Curricular Supervisionado I: Gestão Escolar – 60h
- Estágio Curricular Supervisionado II: a escola como espaço de formação docente – 60h
- Estágio Curricular Supervisionado III: Educação Infantil – 90h
- Estágio Curricular Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Educação Quilombola – 90h
- Estágio Curricular Supervisionado V: Anos Finais do Ensino Fundamental em Educação Quilombola – 90h
- Estágio Curricular Supervisionado VI: Educação de Jovens e Adultos (EJA) – 60h.

De acordo com a Resolução da Unemat – CONEPE do estágio supervisionado, o acadêmico/estagiário que exercer a atividade docente regular na Educação Básica terá a redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado no máximo em 50% (cinquenta por cento).

Nesse processo, o Estágio Supervisionado apresenta-se como uma oportunidade única de contato, observação, leitura, analise crítica e produção de conhecimentos/saberes sobre os principais aspectos e problemas referentes à escola e ao ensino. A escola, compreendida como um espaço múltiplo, no qual os sujeitos históricos oriundos das mais diversas realidades culturais, econômicas e sociais se encontram, gerando aprendizados e conflitos que se apresenta como um campo de pesquisas *sui generis* para a formação do professor.

As atividades desenvolvidas nas disciplinas de Estágio Supervisionado estão ligadas a uma compreensão do universo que se cria na sala de aula, em que professores e alunos trocam experiências e vivências, debatem e constroem, no processo de aprendizagem, o conhecimento histórico.

Nestas disciplinas, em conjunto com as demais da área de Ensino de um Educação Quilombola e as pedagógicas, procura-se aprofundar a discussão de textos que subsidiem o trabalho do professor em sala de aula, muito em virtude dos avanços da pesquisa no trato de novas temáticas, linguagens e formulações teóricas e metodológicas presentes no debate historiográfico.

Elege-se, neste contexto de formação, como objeto de reflexão a figura do *professor-pesquisador-intelectual* como aquela que define o papel do professor no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, as disciplinas de Estágio Supervisionado trazem como proposta a formação de professores competentes no exercício da análise crítica, do conhecimento pedagógico e da docência, habilitados a trabalhar com novos referenciais teóricos e linguagens metodológicas que possibilitem, no espaço do ensino, criar e fazer criar o conhecimento pedagógico.

As competências e habilidades a serem alcançadas nestas disciplinas, à luz desta discussão, são as seguintes:

1. Desenvolvimento de leitura e análise crítica sobre as várias realidades nas quais o professor de Educação Quilombola irá atuar na vida profissional.

2. Construção, através dos conhecimentos teóricos, da necessidade de adequação da prática pedagógica de acordo com o contexto social de atuação profissional.

3. Desenvolvimento de visão crítica sobre a realidade escolar brasileira e do papel do professor de Educação Quilombola nesse contexto.

4. Reflexão da importância da diversidade teórico-metodológica trabalhada ao longo do curso, leitura e discussão de textos relacionados à didática e à prática de Ensino de Educação Quilombola, com abordagens que privilegiam conceitos, temáticas e metodologias; experiências, reflexões e aprendizados, enfatizando as dimensões e as especificidades da realidade do ensino fundamental;

5. Organização e apresentação de seminários (miniaulas) que são simulações do exercício do estágio/docência e construção de metodologias de trabalho, respaldadas na prática da pesquisa;

6. Promoção de diálogos, nos quais os alunos possam explicitar suas dificuldades e questionar as metodologias adotadas pelo ensino superior;

7. Elaboração e organização das fichas, observação e regência e do material para a produção de texto e planejamento de aula;

8. Elaboração de um relatório analítico dentro das normas científicas; o relato da práxis (a experiência do estágio/docência) deverá ser articulado com a reflexão teórica que deve aliar a produção do conhecimento histórico ao ensino de Educação Quilombola.

As fases do estágio são realizadas por grupos de acadêmicos, compartilhando experiências inerentes ao trabalho docente mediada por um processo de avaliação individual e coletiva. Ao final do Estágio Supervisionado o acadêmico deverá ser avaliado em seu desempenho individual (didática, domínio de conteúdo e planejamento).

Todas as atividades desenvolvidas durante a efetivação do Estágio Supervisionado serão devidamente registradas em fichas de acompanhamento e avaliação, organizadas e expedidas pela coordenação do estágio. As mesmas são fundamentais para o controle e organização das tarefas a serem desenvolvidas pelos estagiários em sua inserção para pesquisa, observação e regência nas escolas conveniadas.

A organização e preenchimento das fichas de estágio são fundamentais para a elaboração do relatório final, que compreenderá todas as discussões teórico-metodológicas, pesquisas nas escolas conveniadas, observação de aulas, regências em classes do ensino fundamental e médio, assim como o material produzido e organizado pelos acadêmicos estagiários. O relatório de estágio deverá ser assim, o documento principal produzido pelo estagiário, e servirá de registro e avaliação, por parte do coordenador de estágio, de todas as atividades desenvolvidas.

Para a socialização dos conhecimentos/saberes produzidos ao longo das atividades do Estágio Supervisionado, em suas diferentes modalidades, serão organizados seminários para apresentação dos relatórios e resultados finais do Estágio.

3.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Educação Quilombola da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) visa à produção de trabalhos de cunho acadêmico-científico como resultado das práticas de estudos teóricos, metodológicos e de pesquisas, desenvolvidos pelos alunos ao longo do Curso.

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso consiste na realização de uma pesquisa, orientada por um docente habilitado e com formação e conhecimentos na área da

pesquisa, e quando necessário por um co-orientador que seja da área de pesquisa, tendo como objetivo principal o aprofundamento de temáticas pertinentes à área de formação.

Nessa perspectiva, os alunos, ao desenvolverem o processo de escolha da temática para pesquisa e produção do TCC, deverão optar por temas, problemas e questões relacionadas à formação para a Educação Quilombola, mediatizadas por reflexões sobre o Ensino Quilombola, tendo em vista a formação, os objetivos, as habilidades e competências previstas neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

De acordo a resoluçõa própria da UNEMAT que regulamenta o TCC, aprovada pelo CONEPE, *o TCC é um processo de construção de conhecimento por meio da pesquisa que integra os componentes acadêmicos e profissionais dentro do processo de ensino-aprendizagem das disciplinas e do curso, com função formativa nas diferentes áreas do conhecimento, visando a emancipação intelectual do acadêmico.*

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ocorrer em duas etapas, a saber:

1ª Etapa: compreende a elaboração de projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelos alunos, do qual resultará a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso. Deverá ser avaliado nessa etapa a proposta de pesquisa apresentada pelo aluno, sua relevância para a área em estudo e a coerência teórico-metodológica. Nesta, os possíveis problemas da pesquisa serão apontados pelo professor responsável pela orientação e pelo professor da disciplina;

2ª Etapa: compreende o desenvolvimento da pesquisa e na apresentação do TCC que poderá ser em formato de artigo científico, monografia ou ainda em um material pedagógico. Respeitando os meios científicos do desenvolvimento da pesquisa e submetendo-se a uma banca examinadora que deverá ser composta por um presidente da banca (orientador) e dois membros (convidados). Além da nota da banca compete ao professor de TCC atribuir nota ao discente. A avaliação do TCC, nesta etapa deverá levar em consideração o domínio teórico-metodológico, a coerência entre a problematização, os objetivos propostos, a argumentação e a análise da pesquisa desenvolvida pelos estudantes;

A organização dessas etapas ficará a cargo das Disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

As demais etapas necessárias ao desenvolvimento e finalização do Trabalho de Conclusão de Curso são regidas pela Resolução própria aprovada pelo CONEPE.

Ao final da defesa do TCC, sendo o aluno considerado aprovado, deverá o mesmo entregar na coordenação do curso de história uma cópia do trabalho em formato digital.

I. Dos professores orientadores: podem orientar trabalhos os professores que possuem formação comprovada na área da pesquisa do aluno e que tenha passado por um processo de seleção.

II. Das ações do professor de TCC: O professor de TCC é responsável por fazer as articulações entre orientandos e orientadores, assim como estabelecer discussões que estejam de acordo com os temas dos acadêmicos.

4. Avaliação

A avaliação de aprendizagem será concebida como processo de acompanhamento da construção do conhecimento. A avaliação ocorrerá no âmbito da relação professor aluno, de modo contínuo, cumulativo e diagnóstico das dificuldades do aluno e redimensionamento da prática pedagógica, incidindo prioritariamente sobre os aspectos qualitativos, com avaliações formais, por meio de produção de textos, relatórios, resoluções de questões e temáticas que exijam um domínio dos conteúdos trabalhados, pesquisas, seminários e elaboração de materiais didáticos. O processo de avaliação realizar-se-á com base na participação e compromisso do aluno nas atividades propostas; no domínio dos fundamentos teórico-práticos de cada disciplina; na elaboração e apresentação do trabalho de conclusão de curso (TCC); e, na capacidade de articulação dos conteúdos estudados com as questões sociais, históricas, econômica e cultural. Em termos gerais, a avaliação da aprendizagem/desempenho será realizada em conformidade com a Seção "Da

Avaliação do Desempenho" constantes nas resoluções próprias aprovadas no CONEPE/UNEMAT que institui a Normatização Acadêmica da UNEMAT, a qual estabelece que a avaliação seja feita por disciplina, por meio de acompanhamento contínuo do discente e dos resultados por ele obtidos nos exercícios, provas, atividades acadêmicas e exame final. Ao final de cada período letivo do curso de graduação será atribuída ao discente, em cada disciplina regularmente cursada, uma nota final (média semestral), resultante da média aritmética de, no mínimo, 3 (três) avaliações semestrais, realizadas durante o semestre letivo.

Avaliação institucional: A Universidade do Estado de Mato Grosso concebe a Avaliação Institucional como instrumento que orienta suas ações. A avaliação vem se desenvolvendo como um processo contínuo e permanente, tendo como objetivo a construção e consolidação da UNEMAT como universidade pública, democrática, autônoma e de qualidade, com intervenção na sociedade por meio de atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão. O processo de auto avaliação da UNEMAT está fundamentado nos princípios da Educação Superior definidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei 10.861/2004) e demais diretrizes normativas, internas e externas, que instituem a auto avaliação como forma de garantir e favorecer a qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade mato-grossense. A concepção que sustenta o processo de auto avaliação na UNEMAT está calcada na avaliação participativa, democrática e processual. Busca-se a constituição da "cultura da avaliação, que assim pensada não tem em si mesma, mas é um ato político, que procura oportunizar que todos participem do processo, investindo na tomada de decisão a partir dos dados coletados" (UNEMAT/Projeto de Avaliação Institucional, p.9). De acordo com o Projeto de Avaliação Institucional da Universidade a avaliação deve contribuir para a construção do autoconhecimento institucional. Avaliar continuamente para conhecer a realidade e detectar o que pode ser melhorado. Para isso deverá ser desenvolvido de forma participativa e servir como instrumento para o planejamento e replanejamento das ações de ensino, pesquisa e extensão e gestão universitária, definidas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. A auto avaliação do curso está pautada na avaliação institucional. A auto avaliação é um processo contínuo que abrange a coleta e discussão de dados referentes às atividades de ensino, extensão e gestão, processo através do qual se busca compreender o conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade do curso. Para tanto, sistematiza-se e analisam-se dados por meio de três categorias: administrativa e organizacional; pedagógica, e a infraestrutura. Por meio dessa análise, busca-se identificar os pontos fortes, pontos fracos, bem como, as potencialidades para estabelecer estratégias para superação dos problemas.

5. EMENTÁRIO

METODOLOGIA DA PESQUISA EDUCACIONAL	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: A metodologia dos estudos educacionais: as abordagens qualitativas e as abordagens quantitativas. Teorias e métodos (pesquisa teórica, pesquisa etnográfica, estudo de caso, pesquisa participativa, pesquisa-ação, etnometodologia, etc.) Fundamentos técnicometodológicos para a elaboração e execução de projetos de pesquisa em educação. Aprofundamento teórico e operacional: o trabalho de campo, a coleta de dados, a análise e interpretação dos dados, os relatórios e a redação do trabalho.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho cientifico**. São Paulo: Cortez, 2007. MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M; **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009. TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987		

DIDÁTICA DO ENSINO QUILOMBOLA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem e na elaboração do planejamento de ensino. Visão crítica do papel do planejamento na dinâmica da construção do conhecimento pelo educando. O papel da didática no horizonte da década das Nações Unidas da Educação para o desenvolvimento sustentável 2005-2014. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem com enfoque na organização do processo didático-pedagógico; o trabalho docente no contexto das escolas e comunidades quilombolas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ARAUJO, Maria Célia. **Didática no cotidiano: da família, da empresa, da escola**: uma visão cibernética da arte de educar. 3 ed. São Paulo: Pancast, 2000.
BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs). **Indagações sobre Currículo: Currículo, Conhecimento e Cultura. Brasília**: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
CANDAU, Vera Maria**. A didática na perspectiva multi/intercultural em ação: construindo uma proposta**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 731-758, set./dez. 2007.
_____. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. **A QUESTÃO DIDÁTICA E A PERSPECTIVA MULTICULTURAL**: Uma articulação necessária. Disponível em: http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0413T.PDF> Acesso em: 11 de jan. de 2011.
CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 1. ed. 3. reimpressão, 2009.
LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.
LIBÂNEO, J. C. **Didática.** 18 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
RAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 8. ed. São Paulo. Editora: Ática, 2006. 327p.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Concepções de Psicologia da Educação; Fundamentação da Psicologia do Desenvolvimento; Processo de desenvolvimento humano. Caracterização da infância, adolescência e contexto social; As teorias do desenvolvimento; A atuação docente no desenvolvimento de crianças e adolescentes quilombolas; Fatores psicológicos e o processo ensino-aprendizagem; As teorias da aprendizagem e suas implicações no processo ensino-aprendizagem; Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar quilombola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
TABILE, Ariete Fröhlich. JACOMETE, Marisa Claudia Durante. **Fatores influenciadores no processo de aprendizagem:** um estudo de caso. Periódicos Eletrônicos em Psicologia, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100008. Acesso em: 20 dez. 2023.
Papalia, D.E.; Olds, S.W.; Feldman, R.D. (2006). **Desenvolvimento humano**. 8a. ed. Porto Alegre: ArtMed.
Seidl de Moura, M.L.(2004). **O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
Smith, V. H. (2002**). Wallon e o desenvolvimento da pessoa**: Da indiferenciação à individuação. Ciências e Letras, 32, 11-17

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: Linguagem e sociedade; Prática de leitura e de produção de textos; Processos de leitura. Estratégias de produção textual; O texto de natureza científica como prática social; Redação científica: resumo, resenha, fichamento, artigo, projeto de pesquisa, monografia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MADEIROS, João Bosco. **Redação Científica - Práticas de fichamentos, resumos, resenhas**. 13ª. Ed. Atlas, 2019. ALMEIDA. Rita de Cássia Santos. **Práticas de leitura e Produção de Texto**. Editora Vozes, 2017.		

EDUCAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: Relações teóricas e práticas a respeito dos marcadores sociais da diferença, notadamente referenciados como interseccionais - gênero, raça e classe - no contexto escolar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRITZMAN, Deborah. "Curiosidade, sexualidade e currículo". In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016c, p. 151-172. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. COLLINS, Patrícia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Org.). **Feminismos negros: una antología**. Madrid: Traficantes de Sueño, 2012, p. 99-131.		

ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E DESCOLONIAIS NA ATUALIDADE	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: As teorias pós-coloniais e decoloniais vêm alterando a maneira como olhamos o mundo ao destabilizar concepções eurocêntricas e hierarquizantes do pensamento e conhecimento ocidentais. Ao estabelecer uma epistemologia opcional ao paradigma eurocêntrico a crítica pós-colonial tem vindo a criar um espaço alternativo ao discurso dominante e tem legitimado os significados culturais e o conhecimento produzido nos países do Sul. O pós-colonialismo é um campo de estudos bastante heterogéneo e analisa entre outras propostas, as relações de poder e as consequentes resistências, os impactos do colonialismo em vários espaços, o local e a apropriação do global, questões de ideologia e representação, a diferença cultural, o discurso do universalismo, o hibridismo da assimilação, a ideia de nação e o nacionalismo, o conceito de etnicidade, a identidade racial e o racismo, a dupla colonização das mulheres, a língua como poder, a voz do subalterno, as identidades fluidas e suas diásporas e a emergência do sagrado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CÉSAIRE, Aimé, **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa, Sá da Costa. 1978 FANON, Frantz, **Pele Negra, Máscaras Brancas**, Salvador, Edufba https://pt.scribd.com/document/36623756/Pele-negra-Mascaras-Brancas. 2008 FANON, Frantz, "Racismo e Cultura", in **Em Defesa da Revolução Africana**, Lisboa, Sá da Costa p. 35-48. 1980 HALL, Stuart. "Quando foi o Pós-colonial? Pensando no limite". in **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais, Belo Horizonte: Editora UFMG, 95-120. 2003 Mata, Inocência, "**Desconstruindo Genealogias Eurocêntricas**", Porto Alegre, Civitas.vol.14, no1, p. 27-42. 2014 GILROY, Paul, **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência**, São Paulo, Editora 34. 2001 ALMEIDA, Miguel Vale de etall, "O Atlântico Pardo: Antropologia, Póscolonialismo e o caso "Lusófono" (online) 2002 http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/07/o-		

atlanticopardo.pdf

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Histórico das medidas legais (leis e pareceres) que instituíram a obrigatoriedade da inclusão desses conteúdos nos currículos das escolas brasileiras. As reflexões sobre a definição de parâmetros para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira e suas consequências na formação de professores de História, bem como a análise de experiências de implementação dos referidos conteúdos nos currículos escolares, considerando os temas e abordagens privilegiados por professores de História nas escolas e a produção de materiais didáticos. História da África como disciplina acadêmica: discussão sobre temas e debates presentes no ensino universitário. A produção de saberes a partir de sujeitos externos ao ambiente universitário: projetos, programas e a atuação de movimentos sociais e comunidades negras na construção do conhecimento nesse campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ABREU, Martha e SOHIET, Rachel. **Ensino de História. Conceitos, temáticas e Metodologia**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Casa da Palavra, 2003.
ABREU, Martha e MATTOS, Hebe**. Em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**: uma conversa com historiadores. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 21(41), jan./jun., 2008.
LIMA, Mônica. **História da África: temas e questões para a sala de aula**, Cadernos PENESB nº7. Rio de Janeiro/Niterói, Quartet/UFF, 2006, p. 71-105.
OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas brasileiras: Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006).** História. São Paulo, 2009, p.143-172.
OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e indenitários para a formação de professores de História**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.
PANTOJA, Selma & ROCHA, Maria José (orgs). **Rompendo silêncios**. História da África nos currículos da Educação Básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.
ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (orgs). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) Ministério da Educação. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO I	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
História dos métodos de alfabetização no Brasil. Concepções teóricas e metodológicas referentes à compreensão da alfabetização no universo da oralidade, da leitura, da escrita, da produção textual e da análise linguística nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A entrada da criança na cultura da escrita. Contribuições dos estudos linguísticos para a alfabetização e o letramento. Consciência fonológica: conceito e dimensões. Consciência Fonêmica: a apropriação do princípio alfabético. Leitura e escrita no processo de alfabetização e letramento. O texto: eixo central de alfabetização e letramento. Planejamento no processo de alfabetização e letramento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 2009.
FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 2010.
SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 27. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO II	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Reflexão sobre processo de construção/aquisição da leitura e da escrita. Psicogênese da língua escrita. Estudo e práticas das metodologias e métodos de ensino: analítico, sintético, fonético e outros. Atividades orientadas de alfabetização: construção e vivências pedagógicas de alfabetização. Análise de materiais didáticos para a alfabetização na língua de sinais e na língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CAGLIARI, L. C. **Alfabetização & linguística**. São Paulo: Scipione, 1997.
FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1985.
FREIRE, Paulo. **A importância do ato ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1985.
SOARES, Magda – **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2007.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Contextualização histórica, cultural, social e política da Educação Infantil. Conceituação: criança, infância. Sociologia da infância. A função da pré-escola: determinantes históricos. Evolução da Educação Infantil no Brasil e a função da educação pré-escolar. A constituição da função pedagógica da Educação Infantil. Precursores da educação e as concepções de criança, infância e educação infantil. Aspectos legais que norteiam a Educação Infantil no Brasil. Desenvolvimento infantil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BERLINSKI, Samuel; SCHADY, Norbert. **Os primeiros anos:** o bem-estar infantil e o papel das políticas públicas. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. p. 123-124 http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf Acesso em 20/01/2020
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. p. 75-100. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf Acesso em 20/01/2020
BRASIL. Lei n. 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Diário Oficial da União, ano CXXXIV, n.248, 23/12/1996.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192
BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Educação infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 73, jul. 2001. Disponível em:
http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+infantil+a+creche%2C+um+bom+come%C3%A7o/3683a314-e6cf-433a-900a-0d1dc422b8a2?version=1.3
Acesso em 20/01/2020
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 6. ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. **Manual de educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
BUJES, M. I. Pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, G. **Educação Infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
CAMPOS, M. M.; CRUZ, S. H. V. **Consulta sobre qualidade na educação infantil:** o que pensam e querem os sujeitos deste direito. São Paulo: Cortez, 2006.
CRUZ, S. H. V. Ouvindo crianças: considerações sobre o desejo de captar a perspectiva da criança acerca da sua experiência educativa. In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, 27. 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: Acesso em: 10 ag. 2016.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais da Surdez. Modelos educacionais na educação de surdos. Histórico da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos da Língua Brasileira de Sinais. Educação bilíngue: Ensino de Português para surdos e ensino de Libras. Processo de aquisição da Língua de Sinais. Libras instrumental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOVILLA, F. C. RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. Novo Deit-Libras: **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira**. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: EdUSP: Inep: CNPq: Capes, 2009 v. I: sinais de A a L e v. 11: sinais de M a Z.
FELIPE, T. A. **A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Libras em Contexto**: Curso básico / livro do professor instrutor e do aluno. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2007.
FERNANDES, E. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
SILVA, Nilce Maria. **Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de Sinais**: constituição e formulação. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Perspectiva da educação inclusiva no sistema escolar e seus pressupostos teórico metodológicos: currículo, didática e avaliação. Abordagem histórica da educação especial e as políticas de educação inclusiva: aspectos políticos, ideológicos, pedagógicos e éticos da educação inclusiva. O nocotidiano da sala de aula, à docência, a família, os alunos e a perspectiva culturalista do contexto da temática em questão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria da Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial. Brasília: MEC. 1995.
BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2009.
SKLIAR, Carlos; CECCIM, Ricardo Burg; LULKIN, Sérgio Andrés; BEYER, Hugo Otto; LOPES, Maura Corcini. **Educação e Exclusão:** abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 2006.
BAPTISTA, Cláudio Roberto, CAIADO, Katia Regina Moreno, JESUS, Denise Meyrelles de. **Educação Especial:** diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.) **Inclusão e Escolarização**: Múltiplas Perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2009.
JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
MAZZOTTA, Marcos J. S.. **Educação especial no Brasil história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. 1996.
PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; GRETAR, L. Marinósson. **Caminhos para na inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.
TESKE, Ottmar; LODI, Anna Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite de e. **Letramento e minorias**. Mediação: Porto Alegre, 2003.
STAINBACK, Susan. I**nclusão**. Porto Alegre: ARTMED. 1999.

COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Concepções teóricas sobre cidadania e direitos humanos. Relação da comunicação com os direitos humanos. Comunicação como um direito fundamental do ser humano. Educação para a cidadania. Democratização da comunicação. Princípios da comunicação participativa. A interface entre comunicação, educação e cidadania. Mídia, movimentos sociais e empoderamento. Novas mídias, espaço público e cidadania na contemporaneidade. Educomunicação e Mídia-Educação. Produção midiática voltada para a educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.
FÍGARO, Roseli (org.). **Gestão da comunicação: no mundo do Trabalho, Educação, Terceiro Setor e Cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005.
FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 1 ed.
MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. São Paulo: Record, 2003.
SARTORI, Ademilde (Org.). **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos: diálogos sem fronteiras**. Florianópolis: Ed. Dioesc, 2014.

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E INTERCULTURALIDADE	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
A escolarização em contexto de interculturalidade, suas contradições históricas e resistências dos povos e comunidades tradicionais; Princípios políticos e sócio-culturais da atuação docente na educação quilombola em espaços escolares e não escolares; Resolução CNE nº 08/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; Desafios e perspectivas da Educação Escolar Quilombola na atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ARRUTI, José M. **Conceitos, normas e números**: uma introdução à educação escolar quilombola. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.
BRANDT, Andressa Granziele. MAGALHÃES, Nadja Regina Sousa. SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da. **DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES**: desafios e perspectivas da articulação entre teoria e prática – volume 2. 1ª. Ed. Editora BAGAI, 2021.
COELHO, Wilma de Nazaré Baía. BRITO, Nicelma Josenila Costa de. FORTES, Brenda Gonçalves. CRUZ, Felipe Alex Santiago. CONCEIÇÃO, Marcela Silva da. **FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES/AS**: diálogos sobre relações étnico-raciais e escola.1ª.Ed. Editora BAGAI,2022.
FERREIRA, Thais de Jesus, SILVA, Maria Cecília de Paula. **Educação intercultural quilombola**: saberes insurgentes em evidência. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 10, p. 75286-75302 ,oct. 2020

HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO BRASIL	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: A formação dos quilombos no Brasil; Mocambos e quilombos; Quilombos e comunidades de senzalas; Aquilombados, negociações e conflitos; Comunidades negras e territorialidade; Quilombos e remanescentes quilombolas no Brasil; A questão quilombola no Brasil contemporâneo. Quilombo urbano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MOURA, Clóvis**. Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed., Teresina: EdUESPI, 2021. SILVA, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil:** questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. SILVA, René Marc da C. **Identidade, territorialidade e futuro das comunidades rurais negras no Brasil**. Brasília a. 43 n. 170 abr./jun. 2006. SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. REVISTA NERA – ANO 14, Nº. 19 – JULHO/DEZEMBRO DE 2011. SILVA, Djalma Antônia da. **O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, março de 2005. FILHO, João Bernardo da Silva. LISBOA, Andrezza. **Quilombolas**: resistência, história e cultura. Ibep, 2012.		

SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: Origens da Sociologia e métodos de investigação social; Estado, poder, classes sociais, dominação e hegemonia; Diversidade e desigualdades na sociedade brasileira; Análise sociológica da educação; A escola como espaço social: questões de gênero, juventude, violências e racismos; Lutas quilombolas e educação escolar; intelectuais negros e negras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CORNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade social no Brasil**. Selo Negro Edições, 2015. SILVA. Francisca das Chagas da. LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Educação Escolar na Comunidade Quilombola Contente**. Editora Appris, 2020. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; OLIVEIRA, Élida Joyce de e MARTINS, Guilherme Paiva de Carvalho. **Educação quilombola e currículo escolar**: olhares sobre a prática educativa escolar. Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 9, n. 1, p. 51-66, jan./jun. 2019. SILVA, R. A. Menezes, J. A. **Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, julho-setembro de 2018. TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro, Relume Dumará; Fundação Ford, 2003.		

EDUCAÇÃO E QUESTÕES DE GÊNERO	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: Sexualidade – aspectos históricos e sociais. Concepções acerca da sexualidade: construção de um conceito/entendimento. Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Mitos e tabus acerca da sexualidade. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. Pluralidade de identidades de gênero, problematização do modelo binário de gênero, atuação da escola na reprodução e na ruptura dos modelos de relação de gênero e processos de exclusão instituídos, processos de exclusão vivenciados por pessoas de identidade trans.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC/SECAD; 2007.
BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.
BUTLER, J. Problemas de gênero. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004.
COSTA, R. P. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Gente, 1994.
GARCIA, M. R. V. **Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda**. Psicol. USP, São Paulo, v. 20, n. 4, Dec. 2009.

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo; As noções de alteridade e etnocentrismo; A concepção relativista da diversidade cultural e suas críticas; A formação de representações e identidades em contexto escolar; Relações interculturais e Educação; A etnografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUTI, Rafael Palermo. **Pedagogias colaborativas em antropologia**: uma proposta de ensino como educação compartilhada junto aos quilombos da grande Salvador (Unilab, Brasil). Revista Antropolítica, v. 54, n. 3, Niterói, p. 218-244, 3. quadri., set./dez., 2022.
GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia e educação quilombola**: etnicidade e mediação. EntreRios – Revista do PPGANT -UFPI -Teresina • Vol. 3, n. 1 (2020).
FILHO, Wilson Trajano. RIBEIRO, Gustavo Lins. **O campo da antropologia no Brasil**. ABA, 2004.
ERIKSEN, Thomas Hylland Eriksen. NILSEN, Finn Sivert. **História da antropologia**. 6ª. Ed. Livro Digital, 2012.
GUILHERME, Carmen Lúcia Tavares Lopes. **Educação Intercultural**: exigência e desafio para a formação contínua de professores. Livro digital, 2022.
SALLES, Sandro Guimarães de; SILVA, Halda Simões. **Marcadores étnicos e cotidiano escolar em uma escola dequilombo:(**in)visibilidades e necessidades. Revista Educação e Territórios. v. 9 n. 18 (2023).

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Filosofia e Filosofia da Educação; Filosofia e Educação Quilombola; A Educação ao longo da história e suas questões filosóficas. O papel da Educação no contexto social e quilombola; As tendências da Educação. A filosofia e cotidiano escolar;
A formação do professor; O pensamento educacional frente ao processo de globalização; Visões filosóficas da educação em quilombos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufina. **A educação no quilombo e os saberes no quilombo na escola**. 1ª. Ed. Aprris Editora, 2018.
SILVA, Josadaque Martins. **Filosofia desde o Quilombo e comunidades autofilosóficas da quebrada (CAQ)**: considerações quilombistas, decoloniais e libertárias sobre a "práxis" filosófica brasileira. Rvista Estudos Libertários – UFRJ, 2022.

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E QUILOMBOLA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Políticas educacionais: determinantes políticos, históricos e sociais; Aspectos legais, normativos e organizacionais das políticas educacionais no Brasil; O Plano de Desenvolvimento da Educação como política para a educação no Brasil na atualidade; Aborda o Plano Nacional de Educação P N E – Lei 13005/2014 estabelece metas e estratégia para a oferta de educação para a população quilombola e povos indígenas, nas próprias comunidades; Discute o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola; Aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, com base na legislação em geral e em especial na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 143/2003 e do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARAÚJO, Eleno Marques de; GONZAGA, Samuel Pedro; NETO, José Elias Pinheiro. **Modalidade educacional quilombola**: vozes que ecoam saberes e fazeres do sul. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.13 – 2020.
ANDRADE, Patrícia G. R. **A educação no quilombo e os saberes do quilombo na escola**. Vitória: EDUFES, 2012. 198. (Educação do campo. Diálogos interculturais)
GASPARELO, Rayane Regina Scheidt. JEFFREY, Débora Cristina. SCHNECHENBERG, Marisa. **Análise de políticas educacionais**: a abordagem do ciclo de política e as contribuições de Pierre Bourdieu. EccoS Revista Científica, 2018.
SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise Crítica da Política do MEC. 1ª. Ed. Autores Associados, 2009.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA AFRICANA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
O continente africano e suas múltiplas formas de organizações sociocultural. Formas de resistência ao tráfico em África. Estudo sobre o processo de colonização europeia no continente africano. A África após o fim do tráfico de escravizados, Imperialismo Colonial, Pan-Africanismo, Neocolonialismo e processos de independência dos países africanos. Trabalhar o ensino de Tempo Africano; religiosidade e organização social africana; Definição dos conceitos de Impérios e Reinos Africanos e o debate acerca do olhar eurocêntrico na construção da história do Continente africano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALBUQURQUE, Wlamyra R. & FRAGA, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
APPIAH, Kwame Anthony. Identidades africanas. In: **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 241 – 251.
COSTA E SILVA, Alberto. **A enxada e a lança**: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro. São Paulo Nova Fronteira: EDUSP, 2006.
OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história da África nos bancos escolares**. Representações e imprecisões na literatura didática.
PRIORY, Mary Del. **Ancestrais:** uma introdução à História da África

HISTÓRIA E DIVERSIDADE CULTURAL AFRO-BRASILEIRA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
O papel do negro na formação do Brasil. A cultura afro-brasileira como componente de resistência à escravidão e as práticas discriminatórias. O Brasil pós-abolição e o legado africano na contemporaneidade. Ensino da história e cultura africana e afro-brasileira por meio da lei 10 639/2003 e 116445/2008. Ensino de cultura afro-brasileira relacionado a história do Brasil,

enfocando os conceitos de Raça e etnia a partir da compreensão africana, destacar o protagonismo negro na construção da história do Brasil, representatividade e diversidade étnico-racial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANOLO, Florentino. ***Em Costas Negras**:* uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014. P. 187 -221

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. ***O negro no Brasil de Hoje***. São Paulo: Global, 2006 p. 139- 171

SHWAARCZ, Lilian Moritz. **Nem preto nem Branco:** muito pelo Contrário: cor e Raça na intimidade. In: *História da Vida privada* No Brasil. V. 4 Companhia das Letras.

SHWAARCZ, Lilian Moritz. Uma história de "Diferenças e Desigualdades" As doutrinas raciais do século XIX. In. _____ ***O espetáculo das raças***: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras. 1993. P. 43- 66

WIEVIORKA, Michel. ***O Racismo, uma introdução**.* São Paulo: Perspectiva, 2007, p.57-71

SOUZA, Marina de Mello e**. África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006

GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:

O diálogo entre a educação escolar quilombola com o seu lugar social. Reflexões sobre o território e as especificidades étnico-culturais das comunidades quilombolas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Eliane Cantarino O'Dwyer, organizadora. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. (p. 43- 81).

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação. In: **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes/** Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. – Brasília: Ipea, 2013 (p. 137- 152).

ARROYO, Miguel Gonzalez. Repolitizar as análises do Estado e das políticas educativas. In: **Anais do XV ENDIPE** – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais, Belo Horizonte, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Currículo, Território em Disputa**. 2. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2014.

ARRUTI, José Maurício. **Escolas em comunidades quilombolas: conceitos, números e o esboço de uma pauta de trabalho**. 2010 / Educar em Revista (no prelo), (23 p.)

ARRUTI, José Maurício; MAROUN, Kaila; CARVALHO. Ediléia. Educação quilombola em debate: a escola em Campinho da Independência (RJ) e a proposta de uma Pedagogia Quilombola. In: **Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a Educação Formal e a realidade quilombola no Brasil/** Ana Stela de Almeida Cunha (org). C972C - São Luís, SETAGRAF, 2011 (p. 29-43).

BACKES, José Licínio. Os conceitos de multiculturalismo/interculturalidade e gênero e a ressignificação do currículo da educação básica. In: **Questio**, Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 50-64, maio, 2013. Disponível em:<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=quaestio&page=article&op=view&path%5B%5D=1632>. Acesso em: 5 jul. 2014.

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO QUILOMBOLA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA: Paradigmas de análise sobre ação coletiva e movimentos sociais; Autonomia e política nos movimentos sociais; Estado e movimentos sociais no Brasil; Movimento social negro; Quilombos e suas características; Movimento Quilombola; Territorialidade, cultura, religiosidade e identidade quilombola; Comunidades Quilombolas e mobilizações sociais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA JORGE, Amanda Lacerda. **O movimento social quilombola**: considerações sobre sua origem e trajetória. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015. LEITE, Ilka Boaventura. **O projeto político quilombola**: desafios, conquistas e impasses. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira**. EdiPUCRS, 2014. O ' DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Editora FGV, 2001.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE E HISTÓRA DA ARTE AFROCENTRADA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: Artes visuais, música, dança, teatro e artes integradas: no contextos e práticas afrocentradas. Elementos de Linguagem. Processos de criação. Materialidades. Sistemas de linguagens. Matrizes estéticas e culturais. Patrimônio cultural e arte e tecnologia. Música: notação e registro musical.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARBOSA, Ana Mae. **A Imagem no Ensino da Arte**. São Paulo: Perspectiva, 1978. _____. **Arte-Educação no Brasil**: das origens ao modernismo. São Paulo, Perspectiva,1978. BARROS, Ana Déborah Pereira; QUADROS JR., João Fortunato Soares. **Urrou! Urrou! O Bumba-meu-boi na Escola**. São Luís: EDUFMA, 2019. BRITO, Teca Alencar de**. Música na Educação Infantil**. São Paulo, 2003. DESGRANGES, Flávio. **Pedagogia do teatro**: provocação e dialogismo. São Luís: Hucitec, 2006. FERRAZ, Maria Helena; FUSARI, Maria F. **Metodologia do Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 1993. HASELBACH, Barbara. **Dança, improvisação e movimento**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1989. JEANDOT, Nicole. **Explorando o universo da música**. São Paulo: Editora Scipione, 2006. KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos Teatrais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984. LIGNELLI, César. **Sons em cena**: parâmetros do som. Brasília: Dulcina Editora, 2014. QUADROS JR., João Fortunato Soares (Org.). **Discussões epistemológicas**: as Ciências Humanas sob a ótica interdisciplinar. São Luís: EDUFMA, 2016. SANTANA, Arão Paranaguá. **Teatro e formação de professores**. São Luís: EDUFMA, 2000.		

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: Introdução ao estudo da constituição da História como campo de conhecimento, ao longo dos séculos XIX e XX, e como campo profissional na contemporaneidade. Breves reflexões sobre fontes e métodos do ensino de história.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003. FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de Ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003. FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e Ensino da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.		

CORSETTI, Berenice et al. **Ensino de História**: formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: EST, 2002.
FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
NIKITIUK, Sônia (org.) **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 1996.
SILVA, Marcos. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PROCESSOS SÓCIOTERRITORIAIS CONTEPORÂNEOS	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: Formação das identidades nacionais – povos indígenas e afro-brasileiros; As transformações dos espaços nacionais e questões geopolíticas contemporâneas; Os conflitos territoriais e as resistências dos movimentos sociais quilombolas e indígenas; Conceitos de território e territorialidades; Dimensões e recortes territoriais; Lutas sociais no espaço Maranhense.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: SILVA, Augusto César Pinheiro da. **Geografia política, geopolítica e gestão do território**. Gramma Livraria e Editora, 2016. RIBEIRA, Darcy**. O Povo Brasileiro**: A Formação e o Sentido do Brasil. Livro Digital, 2014		

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos (T.3 – P.1)
EMENTA: Concepções de linguagem e lingüística. Ensino de língua e fracasso escolar. Leitura, produção de texto e análisenlingüística. Literatura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguage**m. São Paulo: Hucitec,1992. GERALDI, Wanderlei. **O texto na sala de aula. Cascavel**: Assoeste,1985. GIL NETO, Antônio. **A produção de textos na escola**. São Paulo: Loyola, 1998. LYONS, John. **Linguagem e lingüística**. Rio de Janeiro: Guanabara,1981. SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix,1974. ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global,1994.		

ETNOLOGIA BRASILEIRA	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos (T.3 – P.1)
EMENTA: Etnia e cultura. A etnologia no Brasil. Formação da etnia e da cultura brasileira. Minoriasétnicas na sociedade brasileira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, Brasiliense, 1985. RIBEIRO, Darcy. **Uirá sai à procura de Deus**: ensaios de etnologia e indigenismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. SCHADEN, E. (org.). **Leituras de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. SEEGER, Anthony. **Os índios e nós**: estudos sobre sociedades brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.		

LUDICIDADES AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: A constituição sócio-histórica do lúdico. O papel do lúdico na vida humana. Relação entre educação e ludicidade. O lúdico e o processo de constituição do sujeito. O papel da escola na constituição do sujeito lúdico. Atividades lúdicas e educação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

ARCE, Alessandra e SIMÃO, Rosimeire. **A psicogênese da brincadeira de papéis sociais e/ou o jogo protagonizado na psicologia do jogo de D.B**. Elkonin. In, Brincadeira de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin.Alessandra Arce e Newton Duarte (organizadores), São Paulo,Xarnã, 2006.
BENJAMIN, Walter, **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus Editorial, 1984.
BRAZIL, Circe N. V. **O jogo e a constituição do sujeito na dialética social**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1988.
FRIEDMANN, Adrinaet alii (Org.). **O direito de Brincar**. São Paulo, Scritta, 1996.
BROUGÉRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 2001.
FRIEDMANN, Adrinaet alii (Org.). **O direito de Brincar.** São Paulo, Scritta, 1996.
KISHIMOTO, TizukoMorchida. **O jogo e a Educação Infantil**: São Paulo: Pioneira, 1994.
OLIVERIA, Paulo Sales. **Brinquedos e indústria cultural**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
LIMA, José Milton de. APARECIDA, Larissa. **Brinquedo:** elemento cultural e promotor de humanização. Rev. **Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2011.
VIGOTSKI, L. S. **A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança**. Trad. Zoia Prestes. In Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, 8, 23-36, 1933/2008.

PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos (T.3 – P.1)

EMENTA:
Familiarizar o estudante com os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente-PNMA. Dessa forma, embasar as estratégias de desenvolvimento sustentável. Neste contexto, serão enfatizados os aspectos do Sistema de Gestão Ambiental e Norma ISO 14001, biotética, impactos ambientais e da relação do turismo com o meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MILLER JR, G. T. **Ciência Ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010. 332 p.
PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental**. 2ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2014. 1245 p.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Conhecer as principais tendências atuais nos debates e pesquisas sobre Ensino de Ciências -- Ampliar os conhecimentos científicos em tópicos relevantes relacionados à física, à química, à biologia, à astronomia, aos estudos ambientais, aos estudos em saúde. -- Dispor de subsídios para exercer uma prática pedagógica que se projete para além das concepções tradicionais geradoras de imobilismo. -- Articular elementos da teoria e da prática no sentido de promover a avaliação e reestruturação contínuas de sua prática docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BAQUERO, R. **Vygotsky e a Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1998. 168p.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 136p.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.
CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D.; CARVALHO, A.M.P.; VILCHES, A. (Org.). **A necessária renovação do ensino das ciências.** São Paulo: Cortez, 2005. 263p.
CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de ciências:** tendências e inovações São Paulo: Cortez, 2011. 127p.
CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal**? São Paulo: Brasiliense, 1993. 225p

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Estudo teórico metodológico do atual ensino de Matemática nas escolas brasileiras. Relação da sociedade contemporânea e o sistema escolar. Análise e construção de práticas pedagógicas para possíveis espaços de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BICUDO, M.A.V. (ORG) **Pesquisa em Educação Matemática**: concepções e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
BOYER, C.B. **História da Matemática**. São Paulo: Edgard Blucher e Edusp, 1974.
BRASIL, Ministério da Educação-Secretaria da Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares para o ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.
BRASIL, Ministério da Educação-Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. SEF. Brasília: MEC/SEF, 1998.
CARAÇA, Bento de Jesus. **Conceitos Fundamentais da Matemática**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
CARVALHO, D.L. **Metodologia do ensino da Matemática**. São Paulo: Cortez, 1990.
D'AMBROSIO, Ubiratan. Da Realidade à ação, Reflexões sobre Educação Matemática: São Paulo: Summus, 1988.
FIORENTINI, D. (Org). **Formação de professores de matemática**: explorando novos caminhos com outros olhares. Campinas, São Paulo: mercado de Letras, 2003.
LIMA, Elon Lages. Matemática e Ensino. Rio de Janeiro: SBM/IMPA, 2003.
LORENZATO, Sérgio. **Para aprender matemática**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
LORENZATO, Sérgio (Org). **O Laboratório de ensino de matemática**. Campinas, SP: Autores associados, 2006.
KLINE, M. **O Fracasso da Matemática Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 Machado, N. J. Matemática e Educação. Alegorias e Temas Afins. São Paulo: Cortez, 1995.
PIRES, C.M.C. **Novos desafios para os Cursos de Licenciatura em Matemática**. In Educação Matemática em revista. São Paulo: SBEM, 2000.
PIRES, C. M. C. **O professor e o currículo**. Educação Matemática, n.55, p.3-6, 1999

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Desafios para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino no contexto da gestão democrática, com vistas ao fortalecimento da autonomia, da participação popular e do controle social da educação. Efetivação do papel do SNE como garantidor de um regime de colaboração e relações de cooperação entre o âmbito dos sistemas de ensino e o âmbito nacional: desafios políticos e sociais da participação popular frente a processos tradicionais centralizadores. Controle social: compromisso coletivo com a fiscalização da educação e compartilhamento da responsabilidade sobre os rumos dados à educação, seu monitoramento, avaliação e gestão. Papel das Instâncias colegiadas na construção de mecanismos e processos de interlocução e diálogo, na busca de consensos dos diversos interesses e visões dos coletivos. Horizontes da gestão democrática para o rompimento com práticas autoritárias e centralizadoras presentes na cultura política da sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALMEIDA, Eliane Maria de. MAGALHÃES, Carlos Henrique. MARTINELI, Telma Adriana Pacifico. MILESKI, Keros Gustavo. **A Educação Física na BNCC**: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. Motrivivência v. 28, n. 48, p. 76-95, setembro/2016.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1997.
_____. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012(*). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação - Conselho Nacional De Educação - Câmara De Educação Básica. 2012. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares Acesso em: 01 de dezembro de 2017.
_____. CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2016. Notas Estatísticas. Brasília: NEP – Ministério da Educação. Fevereiro/2017.
_____. RESOLUÇÃO N° 7, de 31 de Março de 2004. Brasília: Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior, 2004.
_____. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/educacao-fisica. Acesso em: 01 de dezembro de 2017.
CEDENPA – CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO DO PARÁ. Jogos Quilombolas. Nov de 2013. http://www.cedenpa.org.br/Jogos-Quilombolas.
FILHO, Saulo Bonfim de. OLIVEIRA, Adilson Domingos dos Reis. **Ensino de lutas na escola**: elemento pedagógico ou estímulo à violência? FDeportes.com, Revista Digital.
Buenos Aires - Año 18 - Nº 180 - Mayo de 2013. Disponível em: http://www.efdeportes.com/. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
MEDEIROS, Carlos Alberto. **Ação afirmativa no Brasil**: um debate em curso. In: SANTOS, Sales Augusto (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. p. 121-139.
MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012. Acesso em: 17 maio de 2018.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Compreensão da articulação entre o teórico e o metodológico na formação docente em Geografia. Estudo da Escola Nova, do Tecnicismo pedagógico e usos de recursos didáticos. O construtivismo e as orientações destinadas aos professores. Recursos didáticos mais indicados na história do Ensino de Geografia no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BATISTA, B. N. **O ensino de geografia paga tributo à escola nova**? Revista Geosaberes, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 1-16, set./dez. 2018. Disponível em http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/678/689. Acesso em: 16 nov. 2020.
BATISTA, B. N. **Ensino de Geografia, Escola Nova e algumas fontes da Pedagogia Missionária**. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 25, n. 4, p. 87-105, out./dez. 2018. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/10443/6041. Acesso em: 16 nov. 2020.
CACETE, N. H. **Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1-16, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1517-970220140004. Acesso em: 16 nov. 2020.
CUSTÓDIO, V. (Org.). **Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – GEOGRAFIA (1935-1936) e BOLETIM DA AGB (1941- 1944).** São Paulo: AGB, 2012. 89 p. Disponível em:

https://www.agb.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/Vanderli_Custodio_Fundamentos_2012.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.
MELLO, M. C. O. Os manuais de ensino de Geografia produzidos no primeiro terço de século XX: fontes e objetos de estudo. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 4, n. 8, p. 146-159, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/244. Acesso em: 16 nov. 2020.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Formação de jovens e adultos e qualificação para o trabalho. A relação educação e trabalho como fundamento para educação de jovens e adultos em educação quilombola. Alfabetização de jovens e adultos na perspectiva do letramento. Proposta curricular da educação de jovens e adultos: metodologias da linguagem matemática, estudos da natureza e sociedade. Planejamento e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).
Brandão, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 318).
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 10 de maio de 2000.
CASTRO. César. **Leitura de adultos com escolaridade tardia**. São Luís: UFMA, 1999.
GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2002.
PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
RIBEIRO, Vera Maria M. et al. **Metodologia de alfabetização**: Pesquisa em educação de jovens e adultos. Campinas: Papirus, 1992.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL AFROCENTRADA	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
A literatura infanto-juvenil: conceito e evolução. A relação entre cultura popular e a literatura. A influência e a importância da literatura infanto-juvenil para o ensino e a aprendizagem no ensino fundamental. A literatura infanto-juvenil brasileira: principais autores. O conto de fadas, a narrativa e teatro infanto-juvenil. O livro didático e a literatura para crianças. Experiências e projetos de ensino da literatura infanto-juvenil nas séries iniciais do ensino fundamental

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1980;
COELHO, Nelly Novaes. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Petrópolis, 2000;
_____. **Panorama histórico da literatura infantil / juvenil.** São Paulo: Atica, 1991;
CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil**: teoria e prática. 18 ed. São Paulo: Ática, 2003;
EVANGELISTA, Aracy Alves Martins at all. **A escolarização da leitura literária**: o jogo do livro infantil e juvenil. 2 ed. Belo horizonte: Autentica, 2003;
LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: histórias e histórias. 6 ed. São Paulo: Ática, 2004;
ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura** São Paulo: Contexto, 1991;

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA PARA A JUSTIÇA SOCIAL	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
Estudo do letramento estatístico e suas contribuições para a compreensão crítica do contexto social e leitura de mundo na Educação Escolar Quilombola. A educação matemática em diálogo com as demandas políticas, sociais e culturais quilombolas. Matemática e africanidades na educação quilombola. Etnomatemática e afroetnomatemática e a compreensão das práticas matemáticas em seus diferentes contextos culturais. A educação matemática para a promoção da equidade étnico-racia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (Org.) **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Coleção Cultura Negra e Identidades. 1. Ed. Autêntica Editora. 2018.
D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática**: da teoria à prática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.
SKOVSMOSE, Ole. **Um convite à Educação matemática crítica**. Campinas: Papirus, 2014.
SKOVSMOSE, Ole. **Educação Crítica**: Incerteza, Matemática, Responsabilidade. Cortez Editora. 2007.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I: GESTÃO ESCOLAR	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 (T.3 – P.1)

EMENTA:
A escola como construção histórica, seus sujeitos e organização. Objetivos da gestão educacional. Organização e funcionamento de uma escola quilombola, coordenação, gestão escolar. Legislação específica sobre educação escolar quilombola, projeto político pedagógico. Relação escola, comunidade, história e cultura. Gestão democrática e projetos e/ou programas governamentais. Planejamento escolar, órgãos colegiados, conselho de classe. Autonomia pedagógica e financeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, ANPAE, v. 23. n. 3, set/dez 2007. p. 483-495.
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004 Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. PARECER CNE/CEB nº 7/2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-8527-texto-referencia-diretrizes-curriculares-educacao-quilombola-cne2011-pdf&Itemid=30192.
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&Itemid=30192.
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.
MERODO, Alicia; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: A formação de professores quilombolas e os saberes e práticas escolares. Estágio como pesquisa sobre o espaço escolar. Imersão no ambiente escolar, análise do PPP e acompanhamento das atividades escolares. A comunidade como agente educativo, saberes ancestrais e a prática docente em escolas quilombolas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. A educação no quilombo e os saberes do quilombo na escola. Vitória: EDUFES, 2012. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 148 p. PICONEZ, Stela C. Berhtolo. A prática de ensino e o Estágio Supervisionado. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 15 -74. ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à Educação Escolar Quilombola. Revista Contemporânea de Educação, v. 12, n. 23, p. 107-142, jan./abr. 2017. https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3454 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 2012. CARRIL, L. D. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação [online]. 2017, v. 22, n. 69, pp. 539-564. https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226927 CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. D. L. S. Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. Educar em Revista [online]. 2019, v.35, n. 74, pp. 193-211. https://doi.org/10.1590/0104-4060.62715 RIBEIRO, D. Decolonizar a educação é possível? A resposta é sim e ela aponta para a educação escolar quilombola.Identidade!. São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 42-56, jan.-jul, 2017. http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2985/2878		

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIO-NADO III: EDUCAÇÃO INFANTIL	Carga Horária: 90 horas	Créditos: 6 créditos (T.3 – P.3)
EMENTA: Entender a profissionalidade do educador no atendimento educacional a crianças de 4 aos 6 anos de idade; reconhecer a importância da interação e mediação do adulto para as elaborações iniciais e expressões infantis.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Suzanna. Manual de Educação Infantil – de 0 a 3 anos. Porto Alegre: ArtMed, 1998. BONDIOLI, Anna (org.) O projeto pedagógico da creche e sua avaliação – a qualidade negociada. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.		

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	Carga Horária: 90 h	Créditos: 6 (T.4 – P.2)
EMENTA: Análise dos fundamentos políticos, econômicos e sociais na Educação Infantil, nos Anos Iniciais. Políticas de atendimento à infância. Projeto Político-Pedagógico para a Educação Infantil, planejamento, avaliação institucional e Propostas Curriculares. Metodologias de trabalho.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CAMPOS, Maria Malta; MACHADO, Maria Lúcia. **Qualidade na Educação Infantil**: um processo aberto, um conceito em construção. Revista Criança.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J. B.; WIGGERS, V. **A qualidade da educação infantil brasileira**: alguns resultados de pesquisa. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n.127, jan./abr.2006, p.87-128.

COELHO, Rita de Cássia; BARRETO, Ângela Rabelo. **Financiamento da Educação Infantil**: Perspectivas em Debate. Brasília: Unesco Brasil, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

KUHLMANN Jr, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2009.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V: ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	Carga Horária: 90 h	Créditos: 6 (T.4 – P.2)

EMENTA:

O desenvolvimento de atividades de estágio nos anos finais do ensino fundamental e de imersão no campo de trabalho que propiciem ao professor de Educação Quilombola em áreas especificas do conhecimento: história; geografia; biologia; português e matemática. Formação e o contato com experiências, práticas e conhecimentos específicos do seu campo de atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARREIRO, Iraíde M. de F. e GEBRAN, Raimunda A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

GOMES, Nilma Lino. "Educação das Relações Raciais: Refletindo algumas estratégias de atuação. "In.: MUNANGA, K. (org.) Superando o racismo na escola. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005, pp. 143-154.

GOMES, Nilma Lino & MUNANGA, K. O Negro no Brasil de Hoje. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Selva. "O estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena". In GUIMARÃES, S. Didática e Prática de Ensino de História. Experiência, reflexões e aprendizados. 13ª Ed. Campinas-SP: Papirus, 2012, p.73-90.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DA E.E.QUILOMBOLA	Carga Horária: 60 h	Créditos: 4 (T.2 – P.2)

EMENTA:

O estágio propõe a imersão teórico-prática em espaços educativos que atendem jovens, adultos e idosos em territórios quilombolas. Foca na observação e intervenção pedagógica orientada pelos princípios da Resolução CNE/CEB nº 8/2012 (Diretrizes para a EEQ). Aborda o planejamento de ensino sob a ótica da decolonialidade, a valorização dos saberes ancestrais, a relação escola-comunidade e as estratégias de alfabetização e letramento que respeitem as trajetórias de vida e o trabalho dos sujeitos da EJA quilombola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MIRANDA, Sônia Magalhães; ALMEIDA, Helder de Jesus. **Educação de Jovens e Adultos e Educação Escolar Quilobola**: saberes, práticas e diálogos identitários. Salvador: EDUFBA, 2021.

SANTOS, Edmilson dos; SOUZA, Elizeu Clementino de (org.). **Educação de Jovens e Adultos e Educação Escolar Quilobola**: currículos, sujeitos e territórios de identidade. Curitiba: CRV, 2019.
ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.
ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA. Petrópolis: Vozes, 2017.
DI PIERRO, Maria Clara. **Políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.
HADDAD, Sérgio (org.). **A educação de pessoas adultas no Brasil**: dilemas e desafios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO I	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: A disciplina tem por objetivo orientar o aluno por meio de leitura de manuais especializados, seminários temáticos e reflexões teórico-metodológicas, o processo de elaboração de projetos de pesquisa		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 6. ed. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007. NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual de Normalização de Monografias**. 4. ed. São Luís: Visionária, 2007.		

TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II	Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 (T.3 – P.1)
EMENTA: A disciplina tem por objetivo orientar o aluno por meio de seminários temáticos e questões teórico-metodológicas no processo de elaboração da pesquisa histórica, desde a redação do texto final até o seminário de apresentação e debate dos seus resultados.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 6. ed. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007. NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual de Normalização de Monografias**. 4. ed. São Luís: Visionária, 2007.		

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente PPC foi elaborado para propiciar uma formação em Educação para a equidade, uma formação que reconhece os quilombos no Brasil como um lugar de resistencia com uma imensa diversidade cultural. Uma proposta que vai de encontro ao que lhes garantes os direitos humanos e que está ancorada para enfrentar os desafios da contemporaneidade, tais como a urgente mudança da cultura escolar, que por vezes exclui a diversidade. Nesta perspectiva, esta propostas educacional parte da problematização da etnicidade e da cultura africana e afro-brasilera em que os quilombos estão inseridos no Brasil. Um proposta que pensa o território quilombola como parte integrante do ser quilombola, possibilitando uma escuta desses significados e sua incorporação na prática pedagógica.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'dwyer, E. C. (Org.). **Quilombos. Identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002. p. 43-81.

Almeida, A. W. B. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: Oliveira, A. U.; Marques, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção social da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 163-179.
Almeida, A. W. B. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio**: uso comum e conflito. In: Castro, E.; Hebete, J. (Orgs.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. Cadernos NAEA, Belém: UFPA, n. 10, p. 163-196, 1989.
Almeida, A. W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008. p. 48-49. (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; coleção Tradição e ordenamento jurídico, v. 2). Disponível em: http://novacartografiasocial.com/?wpdmact=process&did=MTguaG90bGluaw==. Acesso em: 16 fev. 2017.
Andrade, Y. **Acesso ao ensino superior no Brasil**: equidade e desigualdade social. Revista Ensino Superior Unicamp, Campinas: UNICAMP, n. 6, p. 18-27, jul./set. 2002. Disponível em: . Acesso em: 20 dez. 2016.
Arruti, J. M. Mocambo. **Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.
Bandeira, M. L. Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988.
Barth, F. **Etnicidade e o conceito de cultura**. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. AntroPolítica, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF, n. 19, p. 15-31, 2005. Dossiê: Fronteiras e Passagens: Fluxos Culturais e Construção da Identidade. Disponível em: Acesso em: 20 jul. 2015.
Bosi, E. Cultura e desenraizamento. In: Bosi, A. **Cultura brasileira**. Temas e situações. São Paulo: Ática, 2002. p. 13-41. Brandão, C. R. A educação como cultura. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento**. Estudos Avançados 17 (49**), 2003.
Carril, L. F. B. **Terras de negros no vale do Ribeira**: territorialidade e resistência. 1995. 212f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
Carvalho, J. M. **Os bestializados da República**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
Dias, T. S. Educação escolar quilombola no censo da educação. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2015. p. 13 e 21.
COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
Diegues, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996. Freire, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
FERREIRA, Augusta Eulália; CASTILHO, Suely Dulce de. **Reflexões sobre educação escolar quilombola**. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, Edição nº 03 – agosto de 2014. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14561. Acesso em 28 de out de 2023.
FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
Giroux, H. A. **Os professores como intelectuai**s. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica**.** In: LUIZ , Madel (Org.). **Lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p.223-244. 1984, Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctvnp0k3f.28.pdf Acesso em: 30/04/2021.
Guimarães, A. S. A. Como trabalhar com raça em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo: FEUSP, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2014.
Halbwachs, M. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006. Honneth, A. Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HALL, S. (2007). Quem precisa de identidade? In T. T. Silva (Org.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (7ª ed., pp.103-133). Petrópolis, RJ: Vozes

HOMEN, Renata**.** Arte e fé: sincretismo afro-brasileiro. **Revista de Estudios Interdisciplinarios De Arte Y Cultura** / Vol. 1-2014 / Pp. 41-55. 2014, Disponível em:https://www.academia.edu/11658425/Arte_e_f%C3%A9_sincretismo_afro_brasileiro?bulkDownload=thisPaper-topRelated-sameAuthor-citingThis-citedByThis-secondOrderCitations&from=cover_page Acesso em: 23/10/2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995.

Machado, C. E. D. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. 2009. 154f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Manson, A. K. **EJA e mulher negra: vencendo pedras no caminho à emancipação**. 2009. 66f. Monografia (Especialização em Proeja) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo, São Paulo, 2009.

Mehy, J. C. B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, São Paulo: Departamento de História da USP, v. 2, n. 155, p. 191-203, 2006. Acesso em: 20 jun. 2015.

Melo, R. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF: Instituto de Ciência Política da UnB, n. 15, p. 17-36, set./dez. 2014.

Miranda, S. A. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais**: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação,Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.

Moraes, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo.** 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

Moura, C. **Os quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (coleção Tudo é história)

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues; SANTOS, Angela Maria dos Santos e MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães Moreira. **Quilombos e quilombolas em Mato Grosso**. Revista da ABPN v. 8, n. 18 • nov. 2015 – fev. 2016, p.07-24. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/40. Acesso em 27 de out de 2023.

Nobre, M. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (coleção Filosofia passo a passo, 47)

Passos, J. C. **Juventude negra na EJA**: os desafios de uma política pública. 2010. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Pires, A. A. et al. (Orgs.). **Dona Ifigênia. Existência e resistência do povo cafundó**. São Paulo: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, s/d. Raffestin, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Ratts, A. J. P. **(Re) Conhecer quilombos no território brasileiro**. In: Fonseca, M. N. S. (Org.). Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2010a. p. 307-327. .

Ratts, A. J. P. **Geografia, relações étnico-raciais e educação**: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 26, v. 1, n. 34, p. 125-140, jan./jun. 2010b. Disponível em: . Acesso em: 27 jun. 2015.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos** 24 - v.13 n.24 • 99 - 104 | 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?.** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, Claudia Santiago. Escravas do desejo. Estratégias de liberdade e sobrevivência na sociedade escravista. In: **Anais XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, ANPUH. Disponível: 1427683022_ARQUIVO_artigo-ANPUH.pdf acessado no dia 26/10/2021. 2015.
Santos, M. **Entrevista com Milton Santos.** Entrevistadores: M. Amaral, S. P. de Almeida, L. G. Ribeiro, G. Bourdoukan, R. Freire, J. Noro, S. de Souza. Caros Amigos, São Paulo, n. 17, ago. 1998. Disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2015.
SANTOS, Marcos. **Índice de feminicídio aumenta em 2020, e mulheres negras são as principais vítimas**. Redação RBA, 2020, Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/09/feminicidio-2020-mulheres-negras/ Acesso em: 07/06/2021.
SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Ver-Autores Associados, Campinas, SP. 2013.
Schwarcz, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
Schwarz, R. **Ao vencedor as batatas**. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.
SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas: Autores Associados, 1999.
SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
UNEMAT. Universidade do Estado de Mato Grosso. **Relatório de Avaliação Institucional do Ensino.** Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=avaliacao&m=relatorio>. Acesso em 24 de jun. 2021.
VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto et alii. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1984.

Documentos:

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n° 16, de 05 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n.223, p. 8, 20 de novembro de 2012.
BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) - 2017. Disponível em: <http://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos>. Acesso em 24 de jun. 2021.
_____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.
_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/ index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1& pagina=8&totalArquivos=72>.
_____. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 15 abr. 2020.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 jan. 2022.
_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.